



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, quarta-feira, 11 de março de 2020.

Ano XXI, Edição 4796 - R\$ 1,00

Poder Executivo

DECRETO Nº 4.764, DE 11 DE MARÇO DE 2020

APROVA o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município – CGM, e adota outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.464, de 28 de junho de 2019, que cria a Controladoria-Geral do Município – CGM;

CONSIDERANDO o Memorando nº 001/2019 – GAB/CGM;

CONSIDERANDO a Manifestação nº 013/2020 – ASTEC/CGM, acordado pelo Controlador-Geral do Município;

CONSIDERANDO a Manifestação nº 024/2020 – ASTEC/CGM, endossada pela Controladora-Geral Adjunta do Município;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 2019.22000.22001.0.010533 (Volume 1) SIGED,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município – CGM, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo, na forma da Lei nº 2.464, de 28 de junho de 2019.

Art. 2º Os cargos de provimento efetivos e os cargos de provimento em comissão da Controladoria-Geral do Município – CGM, são os especificados no Anexo I e II da Lei nº 2.464, de 28 de junho de 2019.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES DO ÓRGÃO

Art. 3º A CGM poderá firmar, com órgãos e entidades públicas, particulares nacionais ou internacionais, convênios, contratos, acordos de cooperação técnica e outros ajustes, que tenham por finalidade o cumprimento de sua missão institucional.

Art. 4º São finalidades da Controladoria-Geral do Município:

I – exercer a coordenação geral, orientação normativa, supervisão técnica e realização de atividades inerentes ao controle interno no âmbito da Administração Municipal;

II – implementar os meios e condições indispensáveis para assegurar a eficiência e a eficácia do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Estado, da Câmara Municipal de Manaus e do Ministério Público;

III – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assim como a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

IV – promover a implementação de procedimentos de prevenção e de combate à corrupção, bem como a política de transparência, integridade e gestão de riscos, no âmbito do Poder Executivo Municipal;

V – avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

VI – zelar pela condução do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal preservando o interesse público e a probidade na guarda e aplicação de dinheiro, valores e outros bens do Município ou a ele confiados; e

VII – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, por meio das atividades definidas pela CGM, resguardada a sua autonomia.

Art. 5º Para o cumprimento de suas finalidades, compete à Controladoria-Geral do Município:

I – o gerenciamento, como órgão central, do sistema de controle interno e de auditoria no âmbito do Poder Executivo;

II – a fiscalização e o controle das áreas patrimonial, financeira, operacional, orçamentária, contábil, de pessoal e programas de governo da Administração Direta e Indireta, auxiliando os órgãos de controle externo no exercício de suas atuações;

III – a adoção de medidas com vistas à racionalização dos gastos públicos, proporcionando economia e redução de custos com a máquina administrativa;

IV – o exercício do controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres do Município;

V – a avaliação das informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes do orçamento do Município;

VI – a realização de auditorias sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados;

VII – a realização de auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais;

VIII – a assessoria direta ao Chefe do Poder Executivo e aos gestores da Administração Direta e Indireta, de forma autônoma, no âmbito de sua competência;

IX – propor ao Chefe do Executivo Municipal a tomada de providências visando ao aprimoramento da gestão, de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, eficácia e economicidade;

X – dar ciência à autoridade administrativa competente e ao controle externo, no que couber, sobre atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, de que tiver conhecimento no exercício do controle das atividades da administração, na utilização de recursos públicos municipais com vistas à aplicação das medidas cabíveis;

XI – emitir relatório e Certificado de Auditoria relativo à Prestação de Contas do Prefeito e dos órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura de Manaus;

XII – realizar a gestão do Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal;

XIII – avaliar as propostas de preços nos casos de dispensa de licitação para locação de imóveis, com base no art. 24, inc. X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

XIV – a execução de outras ações e atividades dispostas em lei e atos normativos ou regulamentares, ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em razão da natureza do órgão.

CAPÍTULO III DA FORMA DE ATUAÇÃO

Art. 6º A Controladoria-Geral do Município é o órgão central do sistema de controle interno e auditoria interna, com as seguintes formas de atuação:

I – auditoria de gestão: acompanhar e avaliar a conformidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial da despesa e da receita, objetivando a efetividade da gestão pública e dos programas governamentais, assim como a consistência dos mecanismos de controle interno adotados no âmbito do Poder Executivo Municipal;

II – auditoria de acompanhamento: realizar e avaliar durante o exercício a execução do Programa Anual de Trabalho do órgão ou entidade auditada;

III – auditoria especial: proceder em caráter eventual, auditoria geral ou apenas sobre determinados componentes patrimoniais ou atos de gestão, em função dos fins a que se destina, realizada a qualquer tempo, por determinação do Prefeito ou do Controlador-Geral; e

IV – consulta, orientação e normatização: disciplinar e uniformizar os procedimentos de controle interno no âmbito da administração direta, indireta, autárquica e fundacional.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Art. 7º O sistema de controle interno e Auditoria tem a seguinte composição:

I – Controladoria-Geral do Município – CGM, como órgão central;

II – serviços de controle interno de unidade setorial: unidade de controle de órgão da Administração Direta; e

III – serviços de controle interno de unidade seccional: unidade de controle da Administração Indireta.

Art. 8º Estão sujeitos ao sistema de controle interno a cargo da CGM:

I – os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo;

II – as autarquias;

III – as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal;

IV – as empresas públicas instituídas ou mantidas pelo Município;

V – as sociedades de economia mista;

VI – os órgãos de regime especial;

VII – os fundos especiais; e

VIII – os serviços industriais, financeiros e comerciais explorados pelo Município.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 9º Dirigida por um Controlador-Geral do Município, com auxílio de um Controlador-Geral Adjunto, a CGM tem a seguinte estrutura organizacional:

I – órgãos de assistência e assessoramento:

a) Gabinete do Controlador-Geral do Município – GAB/CGM; e

b) Assessoria Técnica – ASTEC.

II – órgãos de apoio à gestão:

a) Departamento de Administração e Finanças – DAF:

1. Divisão de Recursos Humanos;

2. Divisão de Tecnologia da Informação; e

3. Divisão de Administração, Orçamento e Finanças.

b) Departamento de Avaliação de Imóveis – DAI:

1. Divisão de Pesquisa de Mercado;

2. Divisão de Avaliação de Imóveis; e

3. Divisão de Locação de Imóveis.

III – órgãos de atividades finalísticas:

a) Departamento de Auditoria Interna Governamental – DAIGOV:

1. Divisão de controle interno I:

1.1. Gerência de Avaliação Institucional;

1.2. Gerência de Programa de Governo;

1.3. Gerência de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

1.4. Gerência de Saúde;

1.5. Gerência de Assistência Social; e

1.6. Gerência de Serviço Social e Solidariedade.

2. Divisão de controle II:

2.1. Gerência de Planejamento de Desenvolvimento Urbano;

2.2. Gerência de Obras e Serviços de Engenharia;

2.3. Gerência de Gestão Ambiental e Limpeza Pública;

2.4. Gerência de Gestão de Trânsito; e

2.5. Gerência de Gestão de Transporte.

3. Divisão de controle Interno III:

3.1. Gerência de controle financeiro, contábil e contas de governo;

3.2. Gerência de controle de produção e abastecimento;

3.3. Gerência de controle de emprego e renda;

3.4. Gerência de Gestão de Pessoal e Benefícios; e

3.5. Gerência de Educação.

4. Divisão de Convênios e Fundos:

4.1. Gerência de Convênios e Prestação de Contas.

b) Departamento de Controladoria – DECONT:

1. Divisão de Avaliação e Monitoramento de Gestão;

2. Divisão de Planejamento, Normas Técnicas e Procedimentos de Auditoria; e

3. Divisão de Promoção da Integridade e Gestão de Riscos.

CAPÍTULO VI DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 10. Sem prejuízo de outras ações e atividades dispostas em atos normativos e regulamentares, constituem finalidades e competências das unidades da estrutura operacional da CGM:

I – Dos Órgãos de Assistência e Assessoramento

a) Gabinete do Controlador-Geral do Município – GABCGM tem por finalidade coordenar a representação social e política do Controlador-Geral e incumbir-se do preparo e despacho de seu expediente pessoal, além de outras atribuições que lhe forem determinadas, mediante o exercício das seguintes competências:

1. Assistir direta e imediatamente ao Controlador-Geral e ao Controlador-Geral Adjunto no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas;

2. Desempenhar as atividades de divulgação de informações de interesse da CGM, assim como as providências visando a publicação oficial de matérias relacionadas na sua área de atuação;

3. Instruir processos e outros expedientes a serem submetidos ao Controlador-Geral e Controlador-Geral Adjunto;

4. Atender as solicitações de outros setores do Município;

5. Divulgar as ordens e orientações emanadas das instâncias superiores;

6. Agendar as atividades do Controlador-Geral e do Controlador-Geral Adjunto;

7. Elaborar, receber e distribuir as correspondências dos Gabinetes; e

8. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

b) Assessoria Técnica – ASTEC: tem por finalidade o assessoramento técnico especializado ao Controlador-Geral e Controlador-Geral Adjunto, abrangendo as atividades da área jurídica, além de outras, mediante o exercício das seguintes competências:

1. Emitir pareceres, manifestações, defesas, informações, auxílio e elaboração de projetos de lei, decretos, regulamentos e outros atos administrativos de interesse do órgão;

2. Exercer o controle da legalidade dos atos administrativos praticados no âmbito da CGM;

3. Elaborar minutas de editais, contratos, acordos, convênios e termos similares de interesse da CGM;

4. Apoiar a Procuradoria-Geral do Município, na defesa da CGM, em juízo, prestar informações exatas e tempestivas à PGM;

5. Exercer atividades de assistência técnica e jurídica, conforme o campo de atuação;

6. Orientar, as unidades de direção superior, quanto às implicações de ordem técnica e jurídica decorrentes da legislação e jurisprudência em vigor;

7. Receber e controlar o andamento interno dos processos sob sua apreciação;

8. Realizar a gestão do Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal; e

9. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

II – Dos Órgãos de Apoio à Gestão

a) Departamento de Administração e Finanças – DAF tem por finalidade planejar, coordenar e executar as ações nas áreas de planejamento, gestão orçamentária e financeira, serviço contábil, patrimonial, material, compras, recursos logísticos, gestão de recursos humanos e tecnológicos, mediante atribuição das seguintes competências:

1. Realizar as atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e de programas, projetos, contratos, convênios, acordos e ajustes do órgão;

2. Viabilizar junto à Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação – SEMEF a disponibilidade de orçamento, a fim de garantir o fiel cumprimento da execução financeira da CGM;

3. Formular e acompanhar o processo de elaboração, planejamento e execução anual e plurianual do orçamento da CGM;

4. Analisar e acompanhar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, referentes à elaboração de balancetes, balanços e outros demonstrativos contábeis;

5. Elaborar e enviar as prestações de contas mensais da CGM ao Tribunal de Contas do Amazonas – TCE/AM;

6. Elaborar e enviar as prestações de contas anuais do ordenador de despesa da CGM ao Tribunal de Contas do Amazonas – TCE/AM;

7. Realizar atividades relativas a recursos humanos da CGM;

8. Gerenciar e orientar no âmbito da tecnologia da informação o suporte operacional dos sistemas de informações e dados da CGM;

9. Interagir junto à SEMEF a viabilização e o gerenciamento de bens e serviços de tecnologia da informação, visando atender às necessidades do órgão;

10. Propor e supervisionar a realização de atividades de capacitação de seus servidores;

11. Executar e coordenar o processo de Avaliação Periódica de Desempenho e Avaliação do Estágio Probatório dos seus servidores;

12. Analisar, revisar e supervisionar os processos administrativos quanto à concessão de direitos e vantagens, assim como o cumprimento dos deveres e obrigações dos servidores ativos; e

13. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

b) Departamento de Avaliação de Imóveis – DAI tem por finalidade a realização de análise prévia, nos processos de avaliação, reavaliação, revisão, devolução e reajuste do valor locatício de imóveis locados à Administração Pública Municipal, em conformidade com a legislação vigente, mediante atribuição das seguintes competências:

1. Analisar os processos de locação de imóveis, a fim de garantir a correta instrução processual determinada nas legislações vigentes;

2. Emitir laudos técnicos, despachos saneadores e manifestações técnicas, referentes à locação de imóveis;

3. Propor rotinas e procedimentos concernentes a locação de imóveis;

4. Realizar pesquisa de mercado do valor de terrenos, em jornais de grande circulação e endereços eletrônicos especializados;

5. Manter atualizado o banco de dados concernente às pesquisas de mercado realizadas; e

6. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

III – Dos Órgãos de Atividades Finalísticas

a) Departamento de Auditoria Interna Governamental – DAIGOV tem por finalidade realizar o planejamento, controle, supervisão e execução das atividades de auditoria nos órgãos da Administração Direta e Indireta, mediante atribuição das seguintes competências:

1. Planejar, controlar, coordenar e executar as atividades de auditoria e fiscalização nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, nas áreas de atuação discriminadas no art. 5º, incisos I, II e III deste Decreto;

2. Acompanhar e avaliar a execução nas áreas de controles da gestão, gestão orçamentária, gestão financeira, gestão patrimonial, gestão de pessoal, suprimento de bens e serviços, gestão operacional e convênios do Poder Executivo Municipal;

3. Fornecer informações necessárias para a elaboração e consolidação do Plano de Trabalho Anual de Auditoria – PTAA;

4. Examinar a instrução dos processos de despesa definidos no Planejamento de Auditoria;

5. Examinar processos de prestação de contas de convênios, ajustes e de adiantamento;

6. Propor a instauração de Tomada de Contas Especial – TCE quando detectada nas auditorias irregularidade na aplicação de recursos públicos;

7. Emitir despachos, manifestações e relatórios sobre assuntos de sua competência;

8. Supervisionar e acompanhar rotinas, procedimentos, normas técnicas e orientações emanadas pela CGM ao sistema integrado de controle interno do Poder Executivo Municipal;

9. Propor normas técnicas e procedimentos relativos às ações de controle de suas área de atuação, para encaminhamento ao Departamento de Controladoria – DECONT;

10. Orientar, fiscalizar e acompanhar a execução de convênios e ajustes de natureza financeira, firmados pelo Município de Manaus com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, e com entidades privadas sem fins lucrativos;

11. Implementar a execução do Plano de Trabalho Anual de Auditoria – PTAA ao Município;

12. Elaborar Programa de Auditoria – PA e Ordem de Serviço – OS a serem encaminhadas ao Controlador-Geral do Município para aprovação;

13. Emitir relatório e Certificado de Auditoria dos órgãos da Administração Direta e Indireta que compõem a estrutura administrativa do Município; e

14. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

b) Departamento de Controladoria – DECONT tem por finalidade propor sugestões de estruturação e modernização das práticas de auditoria e controle interno, auxiliar e consolidar a elaboração do Planejamento Anual de Auditoria e propor normas e procedimentos de auditoria de interesse da CGM, mediante atribuição das seguintes competências:

1. Consolidar e elaborar o Plano de Trabalho Anual de Auditoria – PTAA submetendo à apreciação do Controlador-Geral do Município;

2. Propor áreas de atuação a serem avaliadas, bem como seus objetivos, metas e ações;

3. Elaborar e atualizar os manuais, *checklists* e demais normativos relacionados às ações de controle interno de competência da CGM;

4. Pesquisar, selecionar, analisar e catalogar material relacionado às atividades de controle interno, mantendo atualizado seu acervo no órgão;

5. Elaborar e submeter normas e procedimentos para melhoria da atuação da CGM;

6. Elaborar estudos técnicos e análises com o objetivo de aperfeiçoar os métodos e técnicas de auditoria a serem realizadas pela Controladoria;

7. Elaborar e manter atualizado o Manual de Auditoria da CGM;

8. Consolidar e elaborar o relatório de gestão da CGM a ser inserido na Prestação de Contas Anuais;

9. Emitir relatório e Certificado de Auditoria relativo à prestação de contas do Chefe do Poder Executivo Municipal; e

10. Exercer outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

Seção I

Das Atribuições e Competências dos Dirigentes

Subseção I Do Controlador Geral

Art. 11. São atribuições do Controlador-Geral do Município:

I – representar a Controladoria-Geral do Município – CGM;

II – exercer a administração da CGM, praticando todos os atos necessários na área de sua competência, notadamente os relacionados com a orientação, coordenação e supervisão das atividades a cargo das unidades administrativas integrantes do órgão sob sua gestão;

III – implementar e coordenar a execução de serviços e competências a cargo da CGM, previstas neste Decreto e em outros dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

IV – acompanhar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como do Orçamento Anual;

V – assinar acordos, convênios, contratos e correlatos, mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, promovendo a sua execução;

VI – gerir os recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados para a CGM responsabilizando-se, nos termos da lei, pelos atos que assinar, ordenar ou praticar;

VII – fazer indicações ao Chefe do Poder Executivo para o provimento de cargos em comissão no âmbito da CGM;

VIII – coordenar e aprovar diretrizes administrativas, normas e procedimentos, visando à organização e execução dos serviços a cargo do órgão;

IX – assinar relatórios de gestão fiscal e de execução orçamentária previsto no art. 20, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 ou outra legislação que o substitua;

X – aprovar relatórios e pareceres técnicos relativos aos assuntos de competência da CGM;

XI – orientar e coordenar o sistema de controle interno setorial e seccional junto aos demais órgãos e entidades da Administração Municipal;

XII – encaminhar ao titular do órgão ou entidade auditada, o resultado dos trabalhos de auditoria, com o objetivo de orientar e colaborar na solução dos problemas ou irregularidades porventura detectados;

XIII – expedir instruções, manuais e outros atos normativos necessários à boa execução das leis, decretos e regulamentos pertencentes à Administração Pública Municipal;

XIV – delegar competência para a prática de atos administrativos necessários ao funcionamento das atividades da CGM, na forma da legislação em vigor;

XV – exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo; e

XVI – desenvolver outras atividades inerentes às suas atribuições.

Subseção II Do Controlador-Geral Adjunto

Art. 12. São atribuições do Controlador-Geral Adjunto:

I – assessorar e assistir, direta e imediatamente, o Controlador-Geral no desempenho de funções e atividades que lhe sejam delegadas;

II – substituir o Controlador-Geral em seus impedimentos e afastamentos legais, de modo a garantir a continuidade das atividades da CGM;

III – promover a integração da CGM com os demais órgãos da Administração Municipal;

IV – elaborar e consolidar os planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão do Controlador-Geral;

V – acompanhar e avaliar os projetos e atividades da CGM; e

VI – exercer outras atividades que forem determinadas ou delegadas pelo Controlador-Geral do Município.

Seção II Das Demais Atribuições

Subseção I Dos Diretores de Departamento

Art. 13. São atribuições comuns aos Diretores de Departamento:

I – elaborar e submeter à apreciação e aprovação do Controlador-Geral, proposta dos planos, programas e projetos a serem desenvolvidos pelo Departamento;

II – propor ao Controlador-Geral a constituição de comissão ou grupo de trabalho e a designação dos respectivos responsáveis para a execução de atividades especiais;

III – submeter ao Controlador-Geral à execução de programas de treinamento e aperfeiçoamento para os servidores da CGM;

IV – encaminhar ao Controlador-Geral relatório das atividades de sua área de competência; e

V – realizar ações complementares em razão da competência do Departamento sob sua direção.

Subseção II Dos Chefes de Divisão

Art. 14. São atribuições comuns aos Chefes de Divisão:

I – organizar, orientar e supervisionar as ações desenvolvidas pelas Gerências subordinadas, de acordo com as normas vigentes e diretrizes estabelecidas pela CGM;

II – elaborar e submeter à apreciação e aprovação do Diretor a proposta dos planos, programas, projetos e relatórios desenvolvidos;

III – propor ao Diretor a execução de programas de treinamento e aperfeiçoamento para os servidores de sua área de competência; e

IV – realizar ações complementares em razão de sua competência.

Subseção III Dos Gerentes

Art. 15. São atribuições comuns aos Gerentes:

I – desempenhar atribuições de natureza administrativa e técnico-especializada que lhes forem atribuídas por seus superiores;

II – supervisionar os procedimentos relacionados à execução das atividades que lhes são afetas;

III – realizar estudos técnicos que subsidiem o processo de elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação de seus programas e projetos;

IV – zelar pelo uso correto dos equipamentos, pela ordem dos trabalhos e pela guarda dos materiais da unidade, bem como os que estiverem sob sua responsabilidade; e

V – realizar ações complementares em razão de sua competência.

Subseção IV Do Auditor Municipal de Controle Interno – AMCI

Art. 16. São atribuições do Auditor Municipal de controle interno a realização de auditorias, elaboração de relatórios, pareceres, certificados, notas técnicas e estudos relacionados à fiscalização e avaliação quanto:

I – ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e executar os programas de Governo e do orçamento do Município;

II – a gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades do Município;

III – a aplicação de subvenção e renúncia de receita, bem como a aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e entidades de direito privado;

IV – as operações de crédito, avais, garantias, contragarantias, direitos e haveres do Município;

V – a quaisquer procedimentos administrativos dos quais resultem receitas ou realização de despesa, nos órgãos da Administração Municipal;

VI – a execução de contratos de gestão com órgãos públicos, empresas estatais, organizações não-governamentais e empresas privadas prestadoras de serviço público;

VII – a arrecadação e gestão das receitas, bem como sobre renúncias e incentivos fiscais;

VIII – ao sistemas de pessoal, contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

IX – as tomadas e prestações de contas de quaisquer responsáveis por bens e valores públicos, necessárias à apuração dos atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos relacionados a execução de planos ou programas de governo e gestão de recursos públicos;

X – a eficiência do controle interno e da racionalização dos gastos públicos;

XI – ao controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do Município;

XII – aos processos relativos à assunção de obrigações financeiras e à liberação de recursos de outras áreas correlatas nos termos da legislação específica, no âmbito da Administração Direta e Indireta, do Poder Público Municipal; e

XIII – a qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos do Município ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Subseção V **Do Técnico Municipal de Controle Interno – TMC**

Art. 17. São atribuições comuns do Técnico Municipal de controle interno:

I – prestar assistência nas auditorias e na elaboração de relatórios, pareceres, certificados, notas técnicas e estudos relacionados à inspeção, fiscalização e avaliação, quanto à digitação, planilha eletrônica, cálculo matemático, nas áreas contábil, financeira, patrimonial, de pessoal e orçamentária; e

II – apoiar nos serviços administrativos de protocolização, controle e instrução de processos de despesas.

CAPÍTULO VII **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18. Os servidores da Controladoria-Geral do Município – CGM serão regidos pela Lei nº 1118, de 01 de setembro de 1971, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e pela de normas definidas neste Decreto.

Art. 19. O Controlador-Geral Adjunto e os demais dirigentes da CGM, em seus impedimentos e afastamentos legais, serão substituídos por servidores indicados pelo Controlador-Geral.

Art. 20. É facultado ao Controlador-Geral do Município, sempre que julgar necessário e com vistas ao atendimento das necessidades administrativas e técnicas, remanejar servidores entre as diversas unidades da CGM.

Art. 21. O processo disciplinar instaurado no âmbito da CGM observará ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 22. As dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto e os casos omissos serão resolvidos pelo Controlador-Geral do Município.

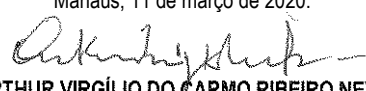
Art. 23. O exercício financeiro da CGM coincidirá com o ano fiscal.

Art. 24. As informações referentes ao órgão somente serão fornecidas à divulgação mediante a autorização do chefe da Pasta ou de seu substituto legal.

Art. 25. Fica revogado o Decreto nº 0872, de 12 de maio de 2011.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 11 de março de 2020.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DECRETO Nº 4.765, DE 11 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE sobre o Sistema Integrado de Gestão de Compras e Contratos da Prefeitura de Manaus, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o artigo 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a necessidade de maior transparência, racionalização e agilidade no controle dos gastos públicos pela Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

CONSIDERANDO o que dispõe a Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019, que estabelece prazo para que os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, utilizem obrigatoriamente a modalidade de pregão na forma eletrônica, ou a dispensa eletrônica, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar uma moderna Administração Municipal, com a utilização intensiva da tecnologia da informação;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 043/2020 – UGCM/SEMEF e o que consta nos autos do Processo nº 2020.18911.18923.0.002437 (VOLUME 1) (SIGED),

DECRETA:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão de Compras e Contratos da Prefeitura de Manaus denominado Compras Manaus, que tem como objetivo estabelecer e implementar políticas e diretrizes relativas às atividades administrativas de aquisições de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, contratos, recebimento de materiais e movimentação de estoque, no âmbito da Administração Pública Municipal.

§ 1º O sistema de que trata o *caput* deste artigo tem, ainda, os seguintes objetivos:

- I – reduzir custos municipais nas aquisições de bens e serviços;
- II – melhorar a qualidade das compras municipais;
- III – promover a integração dos sistemas informatizados relativos às atividades administrativas citadas no *caput* deste artigo;
- IV – otimizar a integração com o sistema municipal de orçamento e finanças; e
- V – aprimorar a automatização dos processos de aquisições de materiais e contratações de serviços.

§ 2º O Compras Manaus compreende estrutura funcional, aplicativos informatizados e instrumentos normativos ligados à administração de aquisições de materiais e serviços, cadastro de fornecedores, contratos, recebimento de materiais e movimentação de estoques, dele fazendo parte:

- I – órgão coordenador: Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação – SEMEF, por meio da Unidade Gestora de Compras Municipais – UGCM;
- II – órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços: SEMEF, por meio da UGCM e Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA para materiais e serviços específicos da área de saúde, com exceção de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME;
- III – Comissão Municipal de Licitação – CML, integrante da estrutura organizacional da Casa Civil; e
- IV – órgãos executores: todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 2º O Sistema Integrado de Gestão de Compras da Prefeitura de Manaus é composto pelos seguintes módulos:

- I – cadastro de fornecedores;
- II – catalogação;
- III – registro de preços;
- IV – banco de preços;
- V – licitação;
- VI – contratos;
- VII – recebimento; e
- VIII – estoque.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS CENTRAIS

Seção I Da Competência do Órgão Coordenador

- Manaus:
- Art. 3º Compete ao órgão coordenador do Compras Municipais:
- I – gerir o Sistema Integrado de Gestão de Compras Manaus;
 - II – gerenciar o cadastro de fornecedores da Prefeitura de Manaus;
 - III – gerenciar o catálogo de materiais e serviços;
 - IV – promover os atos necessários para disponibilizar e gerenciar as Atas de Registro de Preços para aquisição de materiais e serviços;

V – definir preços máximos para itens de materiais e serviços;

VI – realizar pesquisa de mercado para subsidiar os processos de aquisições de materiais e serviços;

VII – orientar de forma sistêmica a gestão de contratos, exceto para obras e serviços de engenharia;

VIII – orientar de forma sistêmica a gestão do recebimento dos materiais adquiridos pelos órgãos executores;

IX – orientar de forma sistêmica a gestão de estoques de materiais pelos órgãos executores;

X – expedir atos normativos e instruções técnicas a respeito de suas atividades; e

XI – divulgar os resultados e o desempenho das compras públicas, exceto para obras e serviços de engenharia, promovendo a transparência dos gastos públicos.

Seção II

Do Órgão Gerenciador do Registro de Preços

Art. 4º O órgão gerenciador do registro de preços é responsável pela gestão centralizada do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo Municipal e suas competências serão definidas em regulamento próprio.

§ 1º Competirá à SEMSA atuar como órgão gerenciador do registro de preços exclusivamente para materiais e serviços específicos da área da saúde, com exceção de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.

§ 2º A SEMSA, enquanto órgão gerenciador, deverá proceder à homologação do resultado do Pregão oriundo do certame licitatório, assinatura da Ata de Registro de Preços e todos os demais atos correlatos.

Seção III

Do Órgão Central de Licitações

Art. 5º Compete ao Órgão Central de Licitações realizar todas as licitações no âmbito do Poder Executivo Municipal, com competências definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. O módulo de licitação será operacionalizado pelo órgão central de licitação, identificando as necessidades de manutenção do sistema e comunicando ao órgão coordenador para providências.

CAPÍTULO III DAS COMPRAS MUNICIPAIS

Seção I

Da Ferramenta Informatizada de Compras

Art. 6º Os órgãos executores devem, por meio do Sistema Compras Manaus, realizar as aquisições de materiais e serviços, seja por licitação, dispensa, inexigibilidade ou adesão à ata de registro de preços externa, exceto para obras e serviços de engenharia.

§ 1º O Compras Manaus pode ser acessado pelos endereços eletrônicos compras.manaus.am.gov.br e sistemaspm.manaus.am.gov.br.

§ 2º O órgão coordenador do Compras Manaus é responsável pela habilitação de acessos ao Sistema.

§ 3º O Compras Manaus implementa as funções de gestão do Cadastro de Fornecedores, Catálogo de Materiais e Serviços, Sistema de Registro de Preços, Banco de Preços, Registro das Compras, Licitações, Contratos, Recebimentos e Estoque.

§ 4º Na execução de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse

para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, com uso obrigatório do pregão, na forma eletrônica, poderão ser operacionalizados por meio de Sistema de Compras do Governo Federal, caso o sistema Compras Manaus não atenda ao disposto no § 2º do art. 2º, do Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, sem prejuízo do registro posterior dos certames no sistema de compras da Prefeitura de Manaus.

Art. 7º Aplicar-se-ão às compras efetuadas por meio do Sistema Compras Manaus, as normas e procedimentos estabelecidos neste Decreto e nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Seção II

Do Cadastro de Fornecedores

Art. 8º Como condição para participação de certames licitatórios, compras eletrônicas, dispensa, inexigibilidade e nos casos de adesão a atas externas, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, os fornecedores deverão realizar cadastro junto a Prefeitura de Manaus, nos termos definidos em regulamento próprio.

Seção III

Da Catalogação de Materiais e Serviços

Art. 9º O órgão coordenador do Compras Manaus é o gestor do catálogo de materiais e serviços da Prefeitura de Manaus.

Parágrafo único. Compete, exclusivamente, à equipe técnica da SEMSA o gerenciamento do catálogo de materiais e serviços específicos da área da saúde, com exceção de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME que ficam a cargo da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD por intermédio do Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus – MANAUSMED.

Art. 10. Para fins deste Decreto considera-se, catalogação o conjunto de tarefas, normas e procedimentos para a coleta de dados técnicos para o estabelecimento da identificação e codificação de itens de uso da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal e sua ordenação na forma de um catálogo informatizado.

§ 1º Os materiais e serviços serão identificados pela especificação catalogada que será utilizada para a elaboração dos processos de compras, registro de contratos e movimentação de estoque.

§ 2º Os itens de materiais e serviços catalogados receberão um identificador – ID, numérico, gerado automaticamente pelo sistema.

§ 3º O Catálogo de Materiais e Serviços do Sistema Compras Manaus, contendo o ID e a especificação catalogada, deverá ser disponibilizado por meio eletrônico, para acesso e consulta de todos os usuários do Sistema.

§ 4º O gestor do Catálogo deverá identificar parâmetros, critérios e condições dos itens de materiais e serviços que melhor atendam aos interesses da Administração Pública Municipal.

§ 5º As especificações catalogadas deverão guardar estreita relação com a linguagem comercial predominante, a fim de viabilizar o acompanhamento dos preços praticados no mercado, visando à integração com o Banco de Preços.

Art. 11. As requisições de compras serão elaboradas pelos órgãos executores utilizando, obrigatoriamente, os códigos e especificações constantes do Catálogo de Materiais e Serviços da Prefeitura de Manaus.

§ 1º Quando a aquisição de materiais e serviços se referir a item não constante do Catálogo, seja para licitação, dispensa, inexigibilidade ou adesão à ata de registro de preços externa, o órgão executor interessado deverá efetuar um pedido de catalogação.

§ 2º No encaminhamento do pedido de catalogação os itens deverão estar pormenorizadamente especificados, com indicação de referências, como endereços eletrônicos, para consulta.

§ 3º Para catalogação de materiais ou serviços assemelhados ou com pequenas alterações nas características de item já catalogado será necessária a demonstração da existência do novo item no mercado e à comprovação de que o item catalogado não atende à finalidade ou aplicação pretendida pelo solicitante.

Seção IV

Do Planejamento de Compras

Art. 12. O Plano de Compras é um documento virtual que servirá de referência para criação dos processos de compras do exercício.

§ 1º O Plano de Compras deverá ser elaborado pelo órgão executor, bem como aprovado por seu respectivo ordenador de despesa, até o dia 31 de dezembro do ano anterior de referência.

§ 2º O Plano de Compras conterá estimativa de gasto por item com base nos preços constantes do Banco de Preços ou, na ausência destes, em pesquisa realizada diretamente pelo órgão executor.

§ 3º Fica vetada a aquisição de item não constante do Plano de Compras, independentemente da modalidade adotada.

§ 4º O Plano de Compras poderá ser revisto no decorrer do exercício, desde que autorizado pelo ordenador da despesa do órgão executor.

§ 5º Para elaboração do Plano de Compras o órgão coordenador, quando possível, disponibilizará eletronicamente e de forma estruturada, todas as informações relativas às aquisições constantes dos bancos de compras, materiais recebidos e movimentação de estoques, bem como os preços atualizados para os itens.

Seção V

Do Banco de Preços

Art. 13. O órgão coordenador do Compras Manaus é o gestor do Banco de Preços da Prefeitura de Manaus.

Parágrafo único. Compete, exclusivamente, à equipe técnica da SEMSA o gerenciamento do banco de preços de materiais e serviços específicos da área da saúde, com exceção de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.

Art. 14. O Gestor do Banco de Preços é responsável pela manutenção dos preços dos itens, com base nos registros dos preços praticados e na pesquisa de mercado.

§ 1º Entende-se por preços praticados aqueles vencedores de licitações públicas em qualquer modalidade, bem como os resultantes de dispensa e inexigibilidade, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

§ 2º Os preços pesquisados podem ser obtidos por meio das seguintes fontes:

I – banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e de materiais, mantido pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/AM e disponibilizado à Prefeitura de Manaus, mediante termo de convênio e cooperação técnica firmado;

II – banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e de serviços, mantido pela SEMEF;

III – bancos de preços ou atas de registro de preços de outras instituições públicas;

IV – tabelas oficiais, quando for o caso;

V – empresas que comercializam os materiais e serviços nos mercados local, regional e nacional; e

VI – valores limites para a contratação de serviço das categorias profissionais correspondentes, para os custos de mão-de-obra.

Art. 15. Por ocasião da inclusão de preços de algum material ou serviço no Banco de Preços, deverá ser observado se a característica e unidade de comercialização correspondem, de fato, às do item do Catálogo de Material e Serviço ao qual está sendo relacionado, visando evitar distorções.

Art. 16. Compete ao órgão executor a realização de pesquisa de mercado para aquisição de materiais e serviços, nos casos de:

I – licitação nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência e pregão, exceto aquelas processadas para sistema de registro de preços;

II – dispensa de licitação e inexigibilidade; e

III – demonstração de vantajosidade por meio de planilhas comparativas para renovações contratuais e adesões às atas de registro de preços.

§ 1º Compete exclusivamente à UGCM/SEMEF a realização de pesquisa de mercado para as modalidades licitatórias de concorrência e pregão para Sistema de Registro de Preços, exceto nos casos de materiais e serviços específicos da área de saúde.

§ 2º Quando a realização de pesquisa de mercado para as modalidades licitatórias de convite, tomada de preços, concorrência e pregão for inviável, o órgão executor poderá, mediante justificativa, solicitar a realização de pesquisa aos órgãos gestores do banco de preços, UGCM ou SEMSA, por meio do Sistema Compras Manaus.

§ 3º Caso não seja comprovada a inviabilidade de realização de pesquisa por parte do órgão executor, os órgãos gestores do banco de preços poderão, via Sistema Compras Manaus, realizar o cancelamento do pedido.

§ 4º Para a realização das pesquisas de mercado descritas neste artigo, deverá o órgão executor consultar os preços disponíveis no banco de preços do Sistema Compras Manaus, para fins de orientação quanto ao valor a ser contratado pela Administração.

§ 5º Na ausência de preços válidos o órgão executor poderá realizar pesquisas fora do sistema, devendo obter preços conforme orientação do art. 14, § 2º, incisos III, IV, V e VI, deste Decreto.

§ 6º Todos os valores obtidos deverão respeitar os preços máximos fixados pelos órgãos gestores do banco de preços, quando houver.

Seção VI Do Sistema de Registro de Preços

Art. 17. Sempre que possível, a aquisição de materiais e serviços será realizada por meio do sistema de registro de preços, obedecidas as regras estabelecidas em regulamento próprio, hipótese em que o órgão gerenciador do sistema de registro de preços deverá reunir as necessidades de todos os órgãos executores visando obter ganhos em razão da escala.

Seção VII Das Compras Eletrônicas

Art. 18. Fica instituída a sistemática de Compras Eletrônicas – CEL, para as aquisições de materiais e serviços de pequeno valor pelos Órgãos Executores.

§ 1º Caracterizam-se como materiais e serviços de pequeno valor aqueles que se enquadram na hipótese de dispensa de licitação prevista no inc. II e no § 1º do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

§ 2º A compra eletrônica será conduzida pelo respectivo órgão executor, observado o disposto no art. 15 deste Decreto.

§ 3º Os instrumentos convocatórios, elaborados para formalização das compras eletrônicas serão divulgados no Sistema Compras Manaus e permanecerão disponíveis para recepção de propostas e lances por período nunca inferior a quatro horas.

§ 4º No instrumento convocatório deverá constar a identificação do órgão executor da CEL, a especificação do objeto a ser adquirido, as quantidades requeridas, as condições de contratação, o endereço onde ocorrerá o processo de compra, o prazo e o local de entrega, as datas, horários e prazos para realização das etapas do processo de compra, as condições de participação e as regras e as condições de pagamento.

§ 5º As referências de horários, no instrumento convocatório e durante a sessão pública virtual, observarão o horário local de Manaus/AM, o qual será registrado no Sistema e na documentação pertinente.

§ 6º Os fornecedores credenciados interessados em participar do processo da compra eletrônica deverão enviar suas propostas de preços, utilizando para tanto, exclusivamente, o sistema Compras Manaus, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios estranhos a este.

§ 7º A CEL permitirá aos fornecedores cadastrados no Sistema Compras Manaus o encaminhamento eletrônico de propostas de preços, possibilitando a apresentação de lances sucessivos de preços, em sessão pública virtual, durante o período indicado no instrumento convocatório da compra eletrônica.

§ 8º A participação na compra eletrônica dar-se-á, exclusivamente, após a digitação da senha privativa do fornecedor e subsequente encaminhamento, por meio do sistema, de proposta de preço e de lances, em data e horário previstos no instrumento convocatório.

§ 9º Durante o transcurso da sessão pública virtual, os fornecedores participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance que tenha sido apresentado pelos demais participantes, vedada a identificação do detentor do lance.

Art. 19. Serão previamente credenciados perante o órgão coordenador, a autoridade competente para homologação da CEL e os servidores designados para a condução dos procedimentos relativos às compras eletrônicas, por meio de solicitação formal dos respectivos órgãos executores.

§ 1º O credenciamento de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á pela efetiva atribuição de senha pessoal, sigilosa e intransferível para acesso ao Sistema.

§ 2º O cancelamento da senha de acesso deverá ser solicitado ao órgão coordenador, oficialmente, pela autoridade competente para homologação da CEL.

§ 3º Constatada a quebra de sigilo ou quaisquer outras situações que justifiquem a necessidade de alteração ou cancelamento da senha de acesso, o fato deve ser comunicado, imediatamente, ao órgão coordenador, para as providências necessárias.

Art. 20. Caberá ao fornecedor:

I – credenciar-se, previamente, junto ao órgão coordenador, conforme dispõe o art. 8º deste Decreto, para obtenção da senha de acesso ao Sistema Compras Manaus;

II – acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública virtual, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou de sua desconexão com o Sistema;

III – responsabilizar-se pelas transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, assim como os riscos inerentes ao uso indevido de sua senha de acesso; e

IV – submeter-se às presentes exigências, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes no instrumento convocatório.

Parágrafo único. A utilização da senha pessoal de que trata o inc. I deste artigo será de responsabilidade exclusiva do fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante, não cabendo ao órgão coordenador nem ao órgão executor responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Art. 21. O fornecedor melhor classificado será considerado vencedor, ficando a cargo do órgão executor da CEL, verificar o cumprimento das exigências legalmente previstas e as constantes no instrumento convocatório, para efeitos de homologação do processo.

Art. 22. A contratação será formalizada pela emissão de nota de empenho, que será encaminhada ao fornecedor.

Art. 23. Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 24. A contratada estará obrigada a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do material rejeitado ou reparo do serviço contratado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do instrumento convocatório, independentemente da quantidade rejeitada.

Art. 25. As informações adicionais e esclarecimentos referentes ao instrumento convocatório e aos processos de compras deverão ser dirimidas junto ao órgão executor da CEL, que deverá resolver os casos omissos, pela sua unidade competente de compras.

Parágrafo único. Caberá ao órgão coordenador do Compras Manaus prover, para os órgãos executores, treinamento, orientação e esclarecimentos necessários à operacionalização das compras eletrônicas.

Art. 26. Aplicam-se, subsidiariamente, para essas aquisições de materiais e serviços de pequeno valor, as normas das Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CAPÍTULO IV DOS CONTRATOS

Art. 27. O órgão coordenador é o responsável pela gestão sistêmica dos contratos, nos termos definidos em regulamento próprio.

CAPÍTULO V DO RECEBIMENTO DE MATERIAIS E GESTÃO DE ESTOQUES

Art. 28. O órgão coordenador é o responsável pela gestão sistêmica do recebimento e estoques de materiais, nos termos definidos em regulamento próprio.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. As políticas e diretrizes definidas pelo órgão coordenador do Compras Manaus de que trata este Decreto serão submetidas à apreciação do Secretário Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação aprovadas mediante ato específico.

Art. 30. Os processos de compras poderão ser constituídos e armazenados em meio eletrônico, desde que os atos que o compõem sejam assinados eletronicamente por meio de certificação digital, emitida por autoridade certificadora credenciada, na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Os processos de compra constituídos e armazenados em meio eletrônico serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

Art. 31. Fica revogado o Decreto nº 4.600, de 30 de setembro de 2019.

Art. 32. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 11 de março de 2020.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DECRETO DE 11 DE MARÇO DE 2020

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 80, inc. XI, da Lei Orgânica do Município de Manaus, resolve

CONSIDERAR EXONERADA, a pedido, a contar de 06-03-2020, nos termos do art. 103, inc. I, § 1º, inc. I, alínea "a", da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a senhora **MARIA JOSEPHA PENELLA PEGAS CHAVES** do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PARCERIAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS**, integrante da estrutura organizacional da **SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS – SEMPE**.

Manaus, 11 de março de 2020.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DECRETO DE 11 DE MARÇO DE 2020

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 80, inc. XI, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 009/2020 – ASSEGAB/ESBRA/CC e as informações que constam no Documento SIGED nº 2020.18911.18943.9.022511,

RESOLVE:

I – CONSIDERAR EXONERADA, a contar de 02-03-2020, nos termos do art. 103, inc. I, § 1º, inc. II, alínea "a", da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a servidora **KARINE DE SOUZA CUNHA** do cargo de Assessor Técnico III, simbologia DAS-1, integrante da estrutura organizacional da **CASA CIVIL**, objeto da Lei nº 2.389, de 04-01-2019, com exercício no **ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA – ESBRA**;

II – CONSIDERAR NOMEADA, a contar de 02-03-2020, nos termos do art. 11, inc. II, da Lei nº 1.118, de 01-09-1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus, a senhora **JÉSSICA VIEIRA BARROS FORTUNATO** para exercer o cargo mencionado no inc. I deste Decreto, integrante da estrutura organizacional da **CASA CIVIL**, objeto da Lei nº 2.389, de 04-01-2019, com exercício no **ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA – ESBRA**.

Manaus, 11 de março de 2020.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 20.146/2020

CONCEDE Licença-Prêmio na forma que especifica.

A SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. II, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a delegação de competência firmada pelo Prefeito de Manaus no Decreto nº 4.480, publicado na Edição 4631 do DOM de 04-07-2019;

CONSIDERANDO o art. 150 da Lei nº 1.118, de 01 de setembro de 1971 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor adiante identificado;

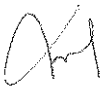
CONSIDERANDO o encaminhamento dos autos por meio do Ofício nº 121/2020 - GEPE/DAF/CM, subscrito pelo Secretário Municipal Chefe da Casa Militar;

CONSIDERANDO a análise da Divisão de Acompanhamento de Pessoal e Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo nº 2020/12468/12512/00007, **resolve**

CONSIDERAR CONCEDIDA, a contar de 01-03-2020, pelo prazo de 06 (seis) meses, referente ao decênio de 11-03-2006 a 10-03-2016, **LICENÇA-PRÊMIO** ao servidor **ARIOMAR DE FREITAS NOBRE**, PA. Agente Administrativo A-III-II, matrícula nº 080.378-2 E, integrante do quadro de pessoal da **CASA MILITAR**.

GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, em Manaus, 11 de março de 2020.


ALDEMARA KIMURA DE MENEZES
Subsecretária de Assuntos Legislativos da Casa Civil

PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 20.147/2020

DESIGNA substituta de servidor afastado em virtude de férias regulamentares.

A SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. II, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a delegação de competência firmada pelo Prefeito de Manaus no Decreto nº 4.480, publicado na Edição 4631 do DOM de 04-07-2019;

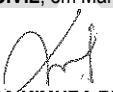
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 3.852, de 26 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a solicitação para elaboração e publicação do ato por meio do Ofício nº 4992/2019 - DTRAB/GABIN/SEMSA, subscrito pelo Secretário Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo nº 2020.18911.18923.0.000059, **resolve**

CONSIDERAR DESIGNADA a servidora **EDIVANESSA SOBRINHO LEOCADIO SOUZA**, AS - Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 108.840-8 A, para responder, cumulativamente, pelas atribuições do cargo de provimento em comissão de Apoio Técnico, simbologia SGAS-1, integrante da estrutura organizacional da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**, no período de 26-12-2019 a 24-01-2020, com direito à percepção da remuneração inerente ao exercício do cargo, em substituição ao titular **ALEXANDER PEREIRA BONESSI**, afastado em virtude de férias regulamentares.

GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, em Manaus, 11 de março de 2020.


ALDEMARA KIMURA DE MENEZES
Subsecretária de Assuntos Legislativos da Casa Civil

PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 20.148/2020

AUTORIZA A DISPOSIÇÃO de servidor na forma que especifica.

A SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. II, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a delegação de competência firmada pelo Prefeito de Manaus no Decreto nº 4.480, publicado na Edição 4631 do DOM de 04-07-2019;

CONSIDERANDO o art. 365 do Código Eleitoral, combinado com o art. 72, inc. II, da Lei nº 1.624, de 30-12-2011, art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 6.999/82, e artigos 5º e 6º da Resolução TSE nº 23.523/2017, do Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 703/2019 - REQ/GABPRES/TRE-AM, subscrito pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, que solicita a disposição do servidor adiante identificado;

CONSIDERANDO o disposto no Parecer nº 323.01.2020 - ASSJUR/SEMED, que opina pelo deferimento do pleito, acolhido na integralidade pela Secretária Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o encaminhamento dos autos por intermédio Ofício nº 0464/2020 - SEMED/GS, subscrito pela Secretária Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a manifestação da Divisão de Acompanhamento de Pessoal e Gestão de Benefícios da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo nº 2019.18911.18923.0.018532, **resolve**

AUTORIZAR, a contar desta data, pelo prazo de 12 (doze) meses, a disposição do servidor **ALISSON CARVALHO DE ARAÚJO**, Técnico Municipal / Assistente em Administração, matrícula nº 121.591-4 A, do quadro de pessoal da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED** para o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS - TRE/AM** (Cartório da 1ª Zona Eleitoral - MANAUS/AM), com ônus para o órgão de origem.

**GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS
LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL**, em Manaus, 11 de março de 2020.


ALDEBARA KIMURA DE MENEZES
Subsecretária de Assuntos Legislativos da Casa Civil

PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 20.149/2020

DESIGNA substituta de servidora afastada em virtude de licença maternidade.

A SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. II, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a delegação de competência firmada pelo Prefeito de Manaus no Decreto nº 4.480, publicado na Edição 4631 do DOM de 04-07-2019;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 3.852, de 26 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a solicitação para elaboração e publicação do ato por meio do Ofício nº 0112/2020 – GRH/GS/SEMULSP, subscrito pelo Secretário Municipal de Limpeza Urbana;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo nº 2020.18911.18923.0.003679, **resolve**

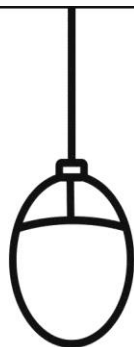
CONSIDERAR DESIGNADA a servidora **JULIANE PIMENTA SOARES**, Gerente de Tecnologia da Informação, simbologia DAS-1, matrícula nº 123.145-6 B, para responder, cumulativamente, pelas atribuições do cargo de provimento em comissão de Gerente de Finanças, simbologia DAS-1, integrante da estrutura organizacional da **SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – SEMULSP**, no período de 03-02 a 31-07-2020, sem direito à percepção das vantagens inerentes ao exercício do cargo, em substituição à titular **ANDRÉIA RAMOS CHAVES**, afastada em virtude de licença maternidade.

**GABINETE DA SUBSECRETÁRIA DE ASSUNTOS
LEGISLATIVOS DA CASA CIVIL**, em Manaus, 11 de março de 2020.


ALDEBARA KIMURA DE MENEZES
Subsecretária de Assuntos Legislativos da Casa Civil

Consulte o DOM
pela Internet
clcando em
Diário Oficial

www.manaus.am.gov.br



CASA CIVIL

PORTARIA Nº 047/2020-DERHUS/CASA CIVIL

A SUBSECRETÁRIA SUBCHEFE MUNICIPAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E DE GOVERNO, no exercício da competência que lhe outorga o inc. II do art. 128 da Lei Orgânica do Município de Manaus, combinada com o art. 121 da Lei nº 1.118, de 01-09-1971,

CONSIDERANDO o que consta no Ofício nº 219/2020-GPG/PGM, de 10-03-2020,

RESOLVE:

CONSIDERAR ALTERADO o gozo de férias da servidora **LUCIANA ALENCAR DA SILVA**, matrícula nº 123.005-0A, Assessor Técnico I, simbologia DAS-3, pertencente ao quadro de servidores comissionados da Casa Civil, programado para janeiro/2020, conforme Portaria nº 112/2019-DERHUS/Casa Civil, publicada no DOM nº 4725, de 22-11-2019, para data oportuna, por necessidade de serviços.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 10 de março de 2020.


GLAUCE REGINA LINS BRITO DA SILVA MEIRELES
Subsecretária Subchefe Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 028/2020 - PGM

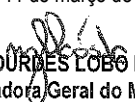
A SUBPROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no exercício da competência que lhe confere o artigo 128, inciso II, da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a errata do 3º Termo aditivo do Contrato Nº 004/2016 da empresa R P Caranha & Cia - ME, publicada em 04 de março de 2020, DOM edição 4791, página 13.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 11 de março de 2020.


MARIA DE LOURDES LOBO DA COSTA
Subprocuradora Geral do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

PORTARIA Nº 007/2020 - GS/SECOM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, no exercício da competência que lhe confere o artigo 128, II, da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**;

CONSIDERANDO que cabe a SEMCOM, nos termos do disposto nos artigos 58, inciso III, 67 e 73 e seus respectivos parágrafos da Lei n. 8666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos por si celebrados;

CONSIDERANDO que as principais atribuições do Gestor do Contrato são:

- Coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I – Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a SEMCOM;

II – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III – Acompanhar, Fiscalizar e Atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV – Indicar eventuais glosas das faturas,

RESOLVE

I – **DESIGNAR** a Comissão para Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e seus respectivos Termos Aditivos celebrados com a empresa:

1 – Casa da Digital Comunicações Produções e Eventos Ltda - ME, referente à prestação de serviços de vídeo release, frequência diária, Termo de Contrato nº.001/2020, conforme Pregão Presencial nº. 027/2019 – CML/PMM, de acordo com o constante no Processo Administrativo nº 2019/2487/3507/00722, composta pelos servidores abaixo relacionados;

Gestor do Contrato	Matrícula
Rômulo Assunção Araújo	120.713-0
Fiscalização do Contrato	Matrícula
Sintia Ferreira Maciel	131.268-5
André Luiz Alves da Silva	098.017-0
Ellen Silvia Ferreira Souza	098.424-8
Suplente de Fiscal do Contrato	Matrícula
Glauber Klinger Pontes Farias	111.841-2

II - Esta Portaria retroage seus efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2020.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 11 de março de 2020.


KELLEN CRISTINA VERAS FELISARDO LOPES
 Secretária Municipal de Comunicação - SEMCOM

PORTARIA Nº 008/2020 - GS/SEMCOM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, no exercício da competência que lhe confere o artigo 128, II, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula segunda, item 2.5 dos Contratos de Prestação de Serviços de Publicidade Institucional e Utilidade Pública nº 001/2015; 002/2015 e 003/2015, referentes à Concorrência Pública nº 006/2013-CML/PM.

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º na Portaria Nº 012/2015-GS/SEMCOM.

RESOLVE

DESIGNAR, em caráter temporário pelo período de 3 meses, a contar de 02.03.2020, os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Avaliação que irão proceder à seleção interna de propostas da execução dos serviços de publicidade referentes aos Contratos celebrados entre esta SEMCOM e as empresas **MENE e Portella Publicidade Ltda, Antônio Fernandes Barros Lima Junior – EPP e Tape Publicidade Ltda.**

SERVIDOR	MATRICULA	FUNÇÃO
CINTIA CAROLINE DA SILVA GUIMARÃES	131.643-5	Coordenadora
QUESIA SOUSA CARVALHO	134.248-7	Membro
KARINA MENDES OLIVEIRA	134.466-8	Membro

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 11 de março de 2020.


KELLEN CRISTINA VERAS FELISARDO LOPES
 Secretária Municipal de Comunicação - SEMCOM

PORTARIA Nº 009/2020 - GS/SEMCOM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, no exercício da competência que lhe confere o artigo 128, II, da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS;

CONSIDERANDO que cabe a SEMCOM, nos termos do disposto nos artigos 58, inciso III, 67 e 73 e seus respectivos parágrafos da Lei n. 8666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos por si celebrados;

CONSIDERANDO que as principais atribuições do Gestor do Contrato são:

- Coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I – Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados a SEMCOM;

II – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III – Acompanhar, Fiscalizar e Atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV – Indicar eventuais glosas das faturas,

RESOLVE

I – **ALTERAR** a Comissão para Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e seus respectivos Termos Aditivos celebrados com a empresa:

1 – Mene e Portella Publicidade Ltda, Antônio Fernandes Barros Lima Júnior – EPP e Tape Publicidade Ltda, referente à prestação de serviços de Publicidade Institucional e Utilidade Pública, Termos de Contrato nº.001/2015, 002/2015 e 003/2015, conforme Edital de Concorrência nº.006/2013 – CML/PM, de acordo com o constante no Processo Administrativo nº 2013/2487/3507/00104, composta pelos servidores abaixo relacionados;

Gestor do Contrato	Matrícula
Rômulo Assunção Araújo	120.713-0
Fiscalização do Contrato	Matrícula
Karina Mendes Oliveira	134.466-8
Cintia Caroline da Silva Guimarães	131.643-5
Quésia Sousa Carvalho	134.248-7
Suplente de Fiscal do Contrato	Matrícula
Tayara de Paula Wanderley	126.036-7
Ellen Silvia Ferreira Souza	098.424-8

II – **REVOGAR** a Portaria nº 015/2019 publicada no DOM Edição 4652 de 02/08/2019.

III - Esta Portaria opera seus efeitos a contar da data da publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 11 de março de 2020.


KELLEN CRISTINA VERAS FELISARDO LOPES
Secretária Municipal de Comunicação - SEMCOM

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS E
PROJETOS ESTRATÉGICOS**

APOSTILAMENTO

1.ESPÉCIE E DATA: Apostilamento ao 5º Termo Aditivo do Contrato nº 008/2015 – Casa Civil, celebrado em 10/09/2019, Processo nº. 2019/19928/19951/00061

2.CONTRATANTES: O Município de Manaus, através da Secretaria Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos - SEMPPE e a Reche Galdeano e Cia Ltda.

3.OBJETO: O presente Apostilamento tem por objeto a alteração da Cláusula - Da Dotação Orçamentária, que passa a vigorar com a seguinte redação: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Para o exercício de 2020, as despesas decorrentes do presente contrato serão empenhadas a contar da seguinte rubrica orçamentária: Uidade Orçamentária nº 40101; Programa de Trabalho nº 15.452.0137.2250.0000; Fonte de Recurso 01170000; Natureza da Despesa 33903307 – Locação de Meios de Transporte.

4.PERÍODO: A partir do mês de janeiro de 2020.

5.FUNDAMENTO: Art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 (Acórdão nº 976/2005 TCU-Plenário).

Manaus, 05 de março de 2020.


MARIA JOSEPHA PENELLA PÊGAS CHAVES
Secretária Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0029/2019 –
DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF**

A Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em atendimento ao §2º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, torna público que **MANTÉM** o preço constante na Ata supracitada, originada do Processo Administrativo nº 010007.11209190050009877/2019 – SEMEF, Pregão Eletrônico nº 073/2019 – CML/PM. Objeto: eventual fornecimento de Gêneros Alimentícios (polpas de frutas, proteínas e vegetais). Informações detalhadas da Ata encontram-se disponíveis no DOM nº 4601, de 21/05/2019 e no site <http://compras.manaus.am.gov.br>.

Manaus-AM, 03 de março de 2020.


MARIZA DA ROCHA BARRETO GENTIL
Secretária Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em
exercício

**TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0032/2019 –
DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF**

A Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em atendimento ao §2º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, torna público que **MANTÉM** o preço constante na Ata supracitada, originada do Processo Administrativo nº 010007.11209190050011140/2019 – SEMEF, Pregão Presencial nº 010/2019 – CML/PM. Objeto: eventual fornecimento de ferro tipo vergalhão e estribo. Informações detalhadas da Ata encontram-se disponíveis no DOM nº 4620, de 17/06/2019 e no site <http://compras.manaus.am.gov.br>.

Manaus-AM, 04 de março de 2020.


MARIZA DA ROCHA BARRETO GENTIL
Secretária Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em
exercício

**TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0026/2019 –
DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF**

A Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em atendimento ao §2º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, torna público que **MANTÉM** o preço constante na Ata supracitada, originada do Processo Administrativo nº 010007.11209190050010654/2019 – SEMEF, Pregão Eletrônico nº 068/2019 – CML/PM. Objeto: eventual fornecimento Gêneros Alimentícios (sal, arroz, açúcar e outros). Informações detalhadas da Ata encontram-se disponíveis no DOM nº 4596, de 14/05/2019 e no site <http://compras.manaus.am.gov.br>.

Manaus-AM, 06 de março de 2020.


MARIZA DA ROCHA BARRETO GENTIL
Secretária Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação, em
exercício

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
PLANEJAMENTO E GESTÃO**

PORTARIA Nº 074/2020-SEMAD

CONCEDE NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DE RECADASTRAMENTO DE AGENTES PÚBLICOS ATIVOS NASCIDOS EM JANEIRO, QUE TENHAM DEIXADO DE EFETUÁ-LO DENTRO DO PRAZO REGULAR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições conferidas à **SEMAD** pelo art. 1º da Lei nº 2.078, de 30/12/2015, e pelo art. 86 da Lei Orgânica do Município - **LOMAN**,

CONSIDERANDO o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e manter atualizados os dados contratuais e cadastrais dos Agentes Públicos Ativos da Prefeitura de Manaus e seus dependentes;

CONSIDERANDO o contido no artigo 17 do Decreto nº 4.730, de 07/01/2020, que delegou competência para o titular da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão para estabelecer o cronograma de realização do recadastramento dos Agentes Públicos ativos vinculados ao Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o contido no artigo 4º da Portaria nº 004/2020-SEMA, que determina que os Agentes Públicos Ativos que não comparecerem ao recadastramento dentro do prazo estabelecido em seu Anexo I terão seus nomes identificados pela SEMA sendo-lhes concedido novo prazo de comparecimento para esse fim,

CONSIDERANDO o Despacho nº 79/2020-ASJUR/SEMA, de 03.03.2020;

CONSIDERANDO o que consta do doc. SIGED 2020.16330.16351.9.002923 – SEMA.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido novo prazo para o recadastramento instituído pela Portaria nº 004/2020-SEMA, de 08 de janeiro de 2020, aos agentes públicos ativos da Prefeitura de Manaus nascidos no mês de janeiro.

§ 1º O período estipulado para fins de comparecimento para o recadastramento e a listagem nominal dos agentes referidos no caput constam do Anexo Único.

§ 2º O atendimento para atualização dos dados contratuais e cadastrais se dará na agência de origem dos agentes públicos ativos da Prefeitura de Manaus.

Art. 2º Os demais dispositivos da Portaria nº 004/2020-SEMA permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 10 de março de 2020.


LUCCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDEIRA
 Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão

ANEXO ÚNICO

Período de comparecimento - 11 a 25 de março			
ÓRGÃO	CPF	MATRÍCULA	NOME
AGÊNCIA REGULADORA DOS SERV. PÚBL. DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS - AGEMAN			
AGEMAN	216.597.962-53	131.747-4 C	ADRIANA LUCIA LOBO COELHO
AGEMAN	011.885.302-32	134.403-0 A	BEATRIZ FERREIRA COELHO
AGEMAN	982.905.091-20	135.159-1 A	FLAVIA AZIZ DOS SANTOS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
C.G.M.	012.132.632-20	134.206-1 B	FERNANDA THAIS TRIGUEIRO DUK
CASA CIVIL			
CASA CIVIL	748.553.872-15	128.292-1 B	ADRIAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO
CASA CIVIL	405.407.902-49	072.049-6 H	ANA CLAUDIA LIMA DE ARAUJO DERZI
CASA CIVIL	521.190.922-49	115.674-8 F	CAROLINA DE PAULA LINS RIBEIRO
CASA CIVIL	473.274.052-91	126.171-1 C	CLEUNARDA BORGES DA SILVA
CASA CIVIL	989.138.162-53	130.179-9 C	DELIANE DO PERPETUO SOCORRO DE SOUZA CASTELO BRANCO
CASA CIVIL	229.415.842-34	084.028-9 T	ERALDO BANDEIRA MACHADO
CASA CIVIL	965.608.862-04	116.748-0 B	FABIO GOMES DA SILVEIRA
CASA CIVIL	321.167.802-68	123.397-1 C	FRANCISCA DE ARAUJO FREITAS
CASA CIVIL	042.639.442-91	001.730-2 E	FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA PONTES
CASA CIVIL	785.529.071-00	129.284-6 A	HERCULANO DE ANDRADE NOGUEIRA
CASA CIVIL	001.558.252-32	130.166-7 D	JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA E SILVA
CASA CIVIL	932.479.312-87	118.415-6 B	KETHELEN VIEIRA DOS SANTOS
CASA CIVIL	616.111.662-68	124.467-1 B	LEONARDO SEREJO CABRAL DOS ANJOS
CASA CIVIL	418.347.202-49	116.924-6 C	LINO FARIAS DE OLIVEIRA JUNIOR
CASA CIVIL	181.578.582-91	130.494-1 A	LUCILENE FEITOSA FERREIRA
CASA CIVIL	128.342.112-72	064.537-0 C	MANOEL PAULINO DA COSTA FILHO
CASA CIVIL	493.289.642-53	02.635-6 J	MARIA CECY TORRES DE PONTES
CASA CIVIL	159.989.672-91	125.635-1 A	MARIA DA GLORIA BEZERRA DE ALBUQUERQUE
CASA CIVIL	693.589.232-53	097.143-0 J	MARIA LUIZA LIMA ALENCAR
CASA CIVIL	718.284.007-34	050.651-6 F	NILSON RICARDO ALVES CONTE
CASA CIVIL	038.668.344-11	118.250-1 D	PAULA AMANDA CAVALCANTE DE SOUZA
CASA CIVIL	473.275.372-87	096.229-5 C	RICARDO CARVALHO PAIXAO
CASA CIVIL	572.360.972-68	123.998-8 A	RUI DOS SANTOS FERREIRA
CASA CIVIL	589.137.502-87	135.197-4 A	SEBASTIAO OLIVEIRA DA SILVA FILHO

CASA MILITAR			
CASA MILITAR	395.881.222-87	064.402-1 B	ADERLON DE JESUS RIBEIRO DEDIER
CASA MILITAR	316.757.352-04	098.573-2 C	ADILSON NUNES RODRIGUES
CASA MILITAR	180.340.392-68	105.709-0 G	ALCILONIA BATALHA GOMES
CASA MILITAR	065.531.762-72	071.994-3 H	ANTONIO VIEIRA NETO
CASA MILITAR	588.899.652-15	091.339-1 F	CLAUDIO PEREIRA SILVA
CASA MILITAR	111.747.812-20	060.561-1 C	JOSE JORGE SOARES CALHEIROS
CASA MILITAR	159.858.492-87	100.278-3 C	MANUEL JOSE GOMES TELES
CASA MILITAR	622.300.852-04	091.342-1 F	MARCOS FERREIRA DE OLIVEIRA
CASA MILITAR	013.143.682-14	126.235-1 A	MARILIA DA COSTA RAMOS
CASA MILITAR	614.529.472-87	100.279-1 C	NILSON PINHEIRO TAVARES
CASA MILITAR	161.640.322-53	064.440-4 B	RAIMUNDO CORREA DE SOUZA
CASA MILITAR	120.559.802-20	091.364-2 F	RAIMUNDO DE JESUS COSTA
CASA MILITAR	070.384.702-30	004.710-4 B	RAIMUNDO JOSE FREIRE DA ROCHA
CASA MILITAR	224.441.902-97	069.878-4 F	SUELY BRAGA DA SILVA
CASA MILITAR	456.701.962-87	084.893-0 C	TARCISO DA COSTA FERREIRA
CASA MILITAR	285.313.372-91	064.380-7 B	WILSON MELO DO NASCIMENTO
FUNDAÇÃO DR. THOMAS			
F.D.T.	582.833.232-53	080.550-5 A	ALESSANDRA REBELLO DIAS DA SILVA
F.D.T.	842.790.442-87	131.313-4 A	ANA PAULA MAIA MACIEL
F.D.T.	569.480.262-49	131.721-0 A	CLAUDECY DE SOUZA ANDRADE
F.D.T.	728.695.852-68	102.957-6 H	EURICO POLAX CARVALHO VERISSIMO
F.D.T.	417.069.352-34	082.547-6 B	EVERALDO ORDONES DE SOUZA
F.D.T.	558.445.612-87	130.476-3 A	IRACI CAVALCANTE DE MELO
F.D.T.	855.544.052-15	116.130-0 H	JOSE DE SOUZA MELO JUNIOR
F.D.T.	514.343.002-00	128.303-0 A	LEOMAR DE OLIVEIRA MAGNO
F.D.T.	884.688.362-49	120.817-9 C	LEONARDO VALENTE CARVALHO
F.D.T.	013.233.592-14	130.007-5 A	LUCAS MAQUINE DA SILVA
F.D.T.	321.622.602-63	126.052-9 B	MARIA AURISDETE TORRES BRONI
F.D.T.	703.723.228-91	096.546-4 K	MARIA DA LUZ RODRIGUES ABREU
F.D.T.	285.214.392-53	126.084-7 B	MARIA DE FATIMA FERNANDES DE SOUZA
F.D.T.	241.148.392-91	131.490-4 A	MARIA SALES RODRIGUES DOS SANTOS
F.D.T.	000.872.592-65	130.003-2 A	MARTA SERRAO DE LIMA
F.D.T.	230.864.912-72	080.273-5 A	RAIMUNDA ZILMA TORRES GUIMARAES
F.D.T.	588.423.902-59	130.092-0 A	RENETE BRAGA MARQUES
F.D.T.	003.967.122-40	122.219-8 A	SUELLEN DE LIMA TRINDADE
F.D.T.	838.458.602-00	122.230-9 A	VERA LUCIA NOVELLETO
GABINETE VICE-PREFEITO			
GAB.VICE-PREF.	639.198.692-49	098.427-2 F	PAULA FERNANDA SOARES PEREZ
INSTITUTO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA			
IMMU	417.089.112-00	011.378-6 A	ALFREDO AUGUSTO LOUREIRO TAPAJOS
IMMU	618.455.152-34	060.178-0 A	ALLISON CAMPOS GONZAGA
IMMU	984.485.282-04	000.013-2 B	AMAURY VASCONCELOS DA SILVA
IMMU	813.296.602-34	060.070-9 A	ANA CELIA DA SILVA SOUZA CARVALHO
IMMU	523.345.892-68	060.117-9 A	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA COSTA JUNIOR
IMMU	698.429.572-68	012.137-1 A	DEICIMAR SOUZA RODRIGUES
IMMU	238.925.792-53	060.105-5 A	DIRVAL IZABEL TUPINAMBA VIEIRALVES
IMMU	510.983.692-20	060.093-8 A	ELVIS MOUZINHO DE ALMEIDA
IMMU	284.368.652-00	060.167-5 A	ELY GARCIA DE AGUIAR FILHO
IMMU	230.073.972-00	060.201-9 A	FRANCISCA ROSANA LUCAS DE LIMA
IMMU	200.412.502-06	012.338-2 A	FRANCISCO RAIMUNDO DOS SANTOS LIMA
IMMU	320.162.392-04	060.200-0 A	GIONICE MAGALHAES FERNANDES
IMMU	809.397.242-00	060.250-7 A	GREICY ANNE FERREIRA MELO PASSOS
IMMU	853.818.882-87	012.138-0 A	HAMONNY SADAME MARCIAO SOUZA
IMMU	609.731.882-00	012.334-0 A	HELIO ROCHA DA COSTA
IMMU	508.858.982-49	012.412-5 A	JORGE LAERTE TAVARES CRISTO
IMMU	182.509.202-87	060.300-7 A	JORGE VICENTE BORGES LIRA
IMMU	026.957.402-63	011.391-3 A	JOSE SANTOS CAVALCANTE FREITAS
IMMU	574.421.852-15	011.144-9 A	JUCYCLEUSON RITA FERREIRA
IMMU	314.118.512-34	060.160-8 A	JULIO CEZAR GUERREIRO MARTINS
IMMU	193.847.772-34	060.078-4 A	LAERSON ALESS FARAH JUNIOR
IMMU	525.652.112-87	000.020-5 A	LEANDRO JOSE MARQUES FILHO
IMMU	753.171.922-34	011.852-4 A	LOUISSON COSTA PEREIRA
IMMU	786.524.727-34	011.072-8 A	LUIS CLAUDIO DE SOUZA
IMMU	135.290.722-49	011.182-1 A	LUIZ PAULO VAZ RIBEIRO
IMMU	310.800.302-04	060.194-2 A	MANUEL DE PAIVA AGUIAR
IMMU	135.141.992-72	060.227-2 A	MARIA DO PERPETUO SOCORRO GARCIA TERCO
IMMU	274.569.272-00	060.296-5 A	MARINALDO CASTRO DO NASCIMENTO
IMMU	867.336.132-04	012.162-2 A	MIQUEMES SANTOS BARBOSA
IMMU	023.942.852-81	060.177-2 A	NATHANIEL GOMES VASCONCELOS
IMMU	127.963.602-53	060.271-0 A	NELCINEIDE DE FREITAS PINTO FERNANDES
IMMU	052.496.942-68	060.312-0 A	OMAR MAMED FILHO
IMMU	046.707.513-10	012.165-7 A	PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO
IMMU	221.055.901-44	010.863-4 A	PERCILIO PEREIRA DOS SANTOS
IMMU	720.541.152-15	000.024-8 A	PRISCILLA SANTOS DA SILVA
IMMU	684.465.272-00	012.166-5 A	RAFAEL MENEZES DE CASTRO
IMMU	441.791.032-49	011.036-1 A	RONALDO DINIZ PEREIRA
IMMU	188.715.932-00	060.253-1 A	RONILSON MARIO DA SILVA RODRIGUES
IMMU	229.737.452-68	011.861-3 A	RUBENILSON REIS DE CASTRO
IMMU	740.303.702-25	060.225-6 A	VANESSA CASTRO DE ANDRADE DOS SANTOS
IMMU	788.135.222-15	012.278-5 A	WILLIAM BENTES NOGUEIRA
INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO			
IMPLURB	114.584.022-15	114.362-0 A	ADALMIR MENDES DE CARVALHO
IMPLURB	441.044.642-87	114.315-8 H	CARMEN ZULDEIDE DE CASTRO BARBOSA
IMPLURB	521.810.142-72	118.776-7 A	ELLEN JOICE BRITO BARBOSA
IMPLURB	829.963.932-87	126.184-3 A	GIRLANE CARNEIRO DA CUNHA
IMPLURB	002.717.402-64	130.602-2 B	JEFFERSON LIMA FONSECA
IMPLURB	706.396.982-04	114.409-0 A	LEANDRO DANIEL DE MELO
IMPLURB	568.708.762-15	118.588-8 A	MARIA INEZ DOS SANTOS CAMELO
IMPLURB	515.435.592-04	117.076-7 B	MARINILDE COVER
IMPLURB	119.504.802-59	114.447-2 A	RAMON MANGANA ABRAHIM
IMPLURB	684.605.032-91	122.360-7 A	SAMMY CRUZ MENEZES
IMPLURB	224.224.552-04	114.385-9 A	SIMONE BARROS DA SILVA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS			
MANAUSCULT	745.199.722-72	099.650-5 I	BERNARDO SOARES MONTEIRO DE PAULA
MANAUSCULT	600.864.592-87	080.527-0 B	FRANCISCO COSTA DE SOUZA
MANAUSCULT	013.178.592-35	128.778-8 B	JECYCELENE SILVA DE SOUZA
MANAUSCULT	160.313.262-72	125.675-0 B	JOSE AUGUSTO PINTO CARDOSO
MANAUSCULT	968.586.212-53	125.641-6 E	JOSE CLAUDIO DE SOUZA COSTA
MANAUSCULT	396.468.821-53	125.807-9 D	JUEDIR ALVES DA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**PORTARIA Nº 105/2020-NTRAB/SEMSA**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, artigo 128, da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMAN; e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 236, 237 e 238 da Lei nº 1.118, de 1º de setembro de 1971, que rege o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Manaus;

CONSIDERANDO o despacho e a autorização constante às folhas nº 79 do Processo sob o nº 2018/1637/3895-SEMSA.

RESOLVE:

I - CONSTITUIR Comissão de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores abaixo relacionados, a fim de apurar os fatos narrados no processo citado no preâmbulo desta Portaria.

1. **Giselle Barroso Rodrigues**, matrícula nº 112.552-4 A, ES-Administrador Geral- Presidente;
2. **Maria Cenira de Freitas Amazonas**, matrícula nº 064.504-4 A, AS – Auxiliar Administrativo – Membro;
3. **Daniel Sampaio Derze**, matrícula nº 127.378-7 A, AS – Técnico em Segurança do Trabalho – Membro.

II - DETERMINAR o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão apresente o relatório conclusivo dos trabalhos, prazo este prorrogável até ao máximo de 15 (quinze) dias, à vista de representação motivada do sindicante.

III - Esta Portaria opera efeitos a contar da data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 4 de março de 2020.

MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 110/2020-GCONT/SEMSA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 128, inciso II da Lei Orgânica do Município de Manaus, e

CONSIDERANDO os dispositivos nos artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2016 – Prorrogação, que entre si celebram o Município de Manaus, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, e a empresa AM Tecnologia Ltda;

CONSIDERANDO a Prorrogação do contrato original, referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças de reposição, para atender as necessidades dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus – SEMSA.

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para acompanhar, fiscalizar e atestar as Notas Fiscais, Faturas e/ou Recibos referentes à execução do contrato acima citado:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
ANTÔNIO FRANCISCO PEREIRA DE LIMA	071.077-6D	GESTOR DO CONTRATO
ANTÔNIO NOBRE DE LIMA	012.701-9A	FISCAIS DO CONTRATO
ARLENE DAS CHAGAS VILANOVA	123.966-0G	
CARLOS ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA	108.607-3A	
ANA CARLA DA SILVA QUEIROZ	109.042-9A	FISCAIS SUPLENTE DO CONTRATO
MARIA DAS GRAÇAS DE AZEVEDO COSTA	064.221-5A	
MARIA DO SOCORRO FURTADO SOARES	013.802-9C	
TÂNIA REGINA ALMEIDA MUNIZ	110.565-5A	

II - ESTABELECER que serão necessárias, no mínimo, 3 (três) assinaturas dos servidores acima designados para fins de atesto das Notas Fiscais, Faturas e/ou Recibos.

III - CONVALIDAR que este ato tenha seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2020.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 6 de março de 2020.

MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 123/2020-DIVCF/SEMSA

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 128, inciso II da Lei Orgânica do Município de Manaus - LOMAN, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 705/2019-DIVCF/SEMSA, de 25 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 4728, de 27 de novembro de 2019, que aprova a escala de férias do exercício 2020, dos servidores admitidos sob a égide dos Regimes Jurídicos Estatutário, de Direito Administrativo e dos ocupantes de Cargos de Provimento em Comissão da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.

RESOLVE:

ALTERAR a programação de férias do exercício de 2020, do servidor abaixo relacionado, pertencente ao quadro de pessoal desta SEMSA.

Matrícula	Servidor	Mês Publicado	Novo mês para pagamento
010.059-5A	HOMERO DE MIRANDA LEÃO NETO	Julho	Março

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 10 de março de 2020.

MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a deliberação da **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO** no procedimento referente ao Pregão Eletrônico nº. 192/2019 – CML/PM;

CONSIDERANDO a inexistência de qualquer vício ou irregularidade;

RESOLVE:

I - HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 192/2019 - CML/PM - Eventual fornecimento de aparelhos e utensílios hospitalares para atender ao PROGRAMA SAMU 192 MANAUS da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA para a empresa:

Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 01	R\$ 109,00
Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 02	R\$ 120,00

Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 03	R\$ 124,00
Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 04	R\$ 135,00
Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 05	R\$ 124,00
Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 07	R\$ 124,00
Fornecedor: E H M SATO - ME	
Item: 08	R\$ 120,00

II – DETERMINAR ao setor competente a convocação da proponente vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei.

Manaus-AM, 09 de março de 2020


MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2016 – Prorrogação, celebrado em 02/01/2020.

2. CONTRATANTES: O Município de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e a empresa A.M. Tecnologia Ltda.

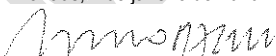
3. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato original, referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e periféricos odontológicos, com fornecimento de peças de reposição, para atender as necessidades dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus – SEMSA.

4. VALOR: R\$ 1.137.054,36 (um milhão cento e trinta e sete mil cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Notas de Empenho nº 2020NE00173 de 02/10/2020, à conta da seguinte rubrica orçamentária 23701 10.302.0093.2153.0000 01000000 33903917, no valor de R\$ 150.935,10 (cento e cinquenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e dez centavos), nº 2020NE00174 de 02/01/2020, à conta da rubrica orçamentária 23701 10.301.0092.2154.0000 01000000 33903917, no valor de R\$ 190.762,20 (cento e noventa mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) e nº 2020NE00175 de 02/01/2020, à conta da rubrica orçamentária 23701 10.301.0092.2154.0000 01000000 33903917, no valor de R\$ 795.357,06 (setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e seis centavos).

6. PRAZO: O prazo do Contrato fica prorrogado por 06 (seis) meses, contados a partir do dia 01/01/2020.

Manaus, 2 de janeiro de 2020.


MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Termo de Contrato nº 002/2020, celebrado em 04/03/2020.

2. CONTRATANTES: O Município de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA e a empresa H.N LEITE - EPP.

3. OBJETO: Reforma e Adequação da Base SAMU SUL.

4. VALOR: R\$ 144.511,40 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos).

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato foram empenhadas sob o nº 2020NE00376, datado de 27/01/2020, à conta da rubrica orçamentária nº 23701 10.302.0097.1045.0000 06140712 44903916, no valor de R\$ 144.511,40 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos).

6. PRAZO: O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, e o de execução de 90 (noventa) dias de acordo da Ordem de Execução de Serviços.

Manaus, 04 de março de 2020.


MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 159/2019 – CML/PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2020 - DIREP/DAI/SEMSA

No dia 21 de fevereiro de 2020, no Órgão Gerenciador, foram registrados os preços da empresa abaixo identificada, para Eventual fornecimento de **medicamentos** para atender a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas (FDT) da Prefeitura de Manaus, resultante do Pregão Eletrônico nº 159/2019 – CML/PM para Sistema de Registro de Preços. As especificações e o termo de referência constantes do Processo Administrativo nº 010011.16375942/2019-SEMSA (PROTUS) e 010011.1637014120002243/2019 (SIGED), assim como os termos das propostas de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

As unidades participantes e as condições a serem praticadas encontram-se estabelecidas no Edital de Licitação do referido Pregão e no Termo de Referência, parte integrante do Instrumento Convocatório.

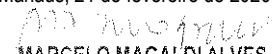
As contratações oriundas da Ata serão processadas de acordo com a previsão orçamentária das unidades participantes.

O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei n. 8.666/93, indicará o local de entrega/execução do objeto. O presente registro terá a vigência de 12 meses, a partir da data de publicação desta.

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Unid	Qtd	ID	Descrição	Marca	Valor R\$
05	Comprimido	150.300	503106	ALOPURINOL, Concentração: 100mg, Forma Farmacêutica: comprimido, Unidade de Fornecimento: comprimido.	PRATI DONADUZZI	0,07
06	Frasco	1.300	503114	AZITROMICINA, Concentração: 40mg/mL, Forma Farmacêutica: pó para suspensão oral, Unidade de Fornecimento: frasco 15mL e dosador.	PRATI DONADUZZI	6,64
11	Comprimido	7.000	503169	FOLINATO DE CÁLCIO, Concentração: 15mg, Forma Farmacêutica: comprimido, Unidade de Fornecimento: comprimido.	HIPOLABOR	1,29
17	Frasco	13.100	503222	NISTATINA, Concentração: 100.000 UI/mL, Forma Farmacêutica: suspensão oral, Unidade de Fornecimento: frasco com 50mL + conta gotas.	PRATI DONADUZZI	3,61
20	Comprimido	700.300	503238	PREDNISONA, Concentração: 5 mg, Forma Farmacêutica: comprimido, Unidade de Fornecimento: comprimido.	SANVAL	0,07
21	Frasco	7.050	503243	CLONAZEPAM, Concentração: 2,5 mg/mL, Forma Farmacêutica: solução oral, Unidade de Fornecimento: frasco 20 mL.	HIPOLABOR	1,55
26	Ampola	3.100	504171	GENTAMICINA (SULFATO), Concentração: 40mg/mL, Forma Farmacêutica: solução injetável, Unidade de Fornecimento: ampola 2mL.	NOVAFARMA	0,80
29	Ampola	1.500	504316	BUPIVACAÍNA (CLORIDRATO) + GLICOSE (HIPERBÁRICA), Concentração: 0,5% + 8%, Forma Farmacêutica: solução injetável, Unidade de Fornecimento: ampola de 4mL.	HIPOLABOR	3,20

Manaus, 21 de fevereiro de 2020.


MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 12.889.035/0001-02

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020 – CML/PM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2020 - DIREP/DAI/SEMSA

No dia 03 de março de 2020, no Órgão Gerenciador, foi registrado o preço da empresa abaixo identificada, para Eventual fornecimento de **acessórios e utensílios hospitalares** para atender a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação de Apoio ao Idoso Dr. Thomas (FDT) da Prefeitura de Manaus, resultante do Pregão Eletrônico nº 010/2020 – CML/PM para Sistema de Registro de Preços. As especificações e o termo de referência constantes do Processo Administrativo nº 010011.16376200/2019-SEMSA (PROTUS) e 010011.01637014120002800/2019 (SIGED), assim como os termos das propostas de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

As unidades participantes e as condições a serem praticadas encontram-se estabelecidas no Edital de Licitação do referido Pregão e no Termo de Referência, parte integrante do Instrumento Convocatório.

As contratações oriundas da Ata serão processadas de acordo com a previsão orçamentária das unidades participantes.

O contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e § 4º da Lei n. 8.666/93, indicará o local de entrega/execução do objeto. O presente registro terá a vigência de 12 meses, a partir da data de publicação desta.

NABIMQUARA ECO SERVIÇOS DE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA-EPP.

Item	Unid	Qtd	ID	Descrição	Marca	Valor R\$
04	UNIDADE	81	509395	TRAVESSEIRO, Tipo: de espuma Aplicação: apoio de pacientes acamados Material(is): revestido em couroim Garantia: 3 meses Dimensão(ões): L 50cm x A 50cm x E 15cm (variação 20%) Característica(s) Adicional(is): Unidade de fornecimento : unidade	SONO BOM	53,29

Manaus, 03 de março de 2020.

Marcelo Magaldi Alves
MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

Faustino de Carvalho Costa
NABIMQUARA ECO SERVIÇOS DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
LTDA-EPP.
CNPJ: 33.201.573/0001-32

ERRATA

ATO: Termo de Contrato nº 001/2020, que entre si celebram o Município de Manaus, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e a empresa DANILU CONSTRUÇÕES LTDA, celebrado em 31.01.2020, publicado no DOM, Edição 4783, de 18 de fevereiro de 2020, pág.15.

ONDE SE LÊ:

1. ESPÉCIE E DATA: Termo de Contrato nº 001/2020, celebrado em 31/01/2020

LEIA-SE:

1. ESPÉCIE E DATA: Termo de Contrato nº 001/2020, celebrado em 03/02/2020

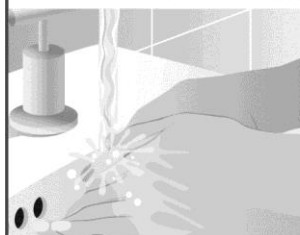
Manaus, 09 de março de 2020.

Marcelo Magaldi Alves
MARCELO MAGALDI ALVES
Secretário Municipal de Saúde

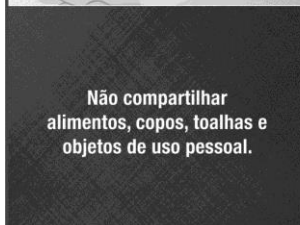
SAIBA COMO SE PREVENIR DA
INFLUENZA A
(H1N1)

A **Influenza A (H1N1)** é uma doença respiratória aguda e a transmissão ocorre de pessoa a pessoa, principalmente por meio de tosse, espirro ou contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas.

Saiba como se prevenir da gripe adotando medidas simples:



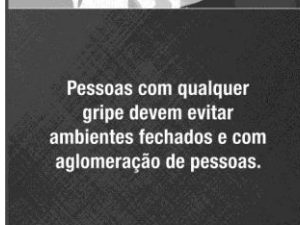
Lavar as mãos frequentemente com água e sabão, especialmente depois de tossir ou espirrar.



Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal.



Não usar medicamentos sem orientação médica. A automedicação pode ser prejudicial à saúde.

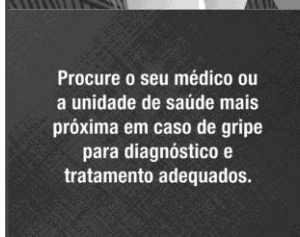


Pessoas com qualquer gripe devem evitar ambientes fechados e com aglomeração de pessoas.



Ao tossir ou espirrar, cobrir o nariz e a boca com um lenço, preferencialmente, descartável.

UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE



Procure o seu médico ou a unidade de saúde mais próxima em caso de gripe para diagnóstico e tratamento adequados.

ATENÇÃO

Se você estiver com febre acima de 38°C, tosse e apresentar dificuldade respiratória, procure seu médico ou a unidade de saúde mais próxima.

Fonte: Ministério da Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**PORTARIA Nº 2287/2019 – SEMED/GS**

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Lei nº 1.126, de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais do Magistério;

CONSIDERANDO que a evolução funcional, por progressão por titularidade, dá-se mediante provocação do interessado, por meio de requerimento e este se submete à avaliação da Comissão de Avaliação e Evolução Funcional dos Profissionais da Educação – CAEFPE e tendo parecer favorável, seus efeitos, independente de interstício, serão gerados no mês seguinte ao da publicação do ato que a concede;

CONSIDERANDO Despacho, assinado pela Subprocuradora Adjunta do Município, que dirimiu possível controvérsia entre o Parecer nº 90/2018-P.PESSOAL/PGM e Parecer nº 103/2017-P.PESSOAL/PGM, indicando que a concessão da Progressão por Titularidade – PT, somente gerará efeitos legais, para fins de inclusão em folha, a partir do mês subsequente ao da publicação do ato, nos termos do art. 53, da lei 1.126/2007, retroagindo financeiramente à data do pedido do servidor;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2019.18000.18125.0.001600**, de 06/02/2019, que trata da planilha de cálculo e estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, no qual a Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno opina pelo deferimento;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2018/4114/4147/07843**, de 29/08/2018,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a Evolução Funcional, em virtude de **Progressão por Titularidade** da servidora **SAIBA MAGALHÃES STEIN**, matrícula **104.366-8 B**, que ocupa o Cargo de **PEDAGOGO - 20H**, posicionada atualmente, no anexo II-A, da Lei Municipal 1.126, de 05/06/2007, alterada pela Lei Municipal nº 2458, de 13 de junho de 2019, no **Padrão e Referência: 1-B**, na forma a seguir.

TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	PADRÃO E REFERÊNCIA
Progressão por Titularidade (ESPECIALIZAÇÃO)	1-E

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a contar de **29/08/2018**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Manaus, 20 de dezembro de 2019.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0030/2020 – SEMED/GS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Lei nº 1.126, de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais do Magistério;

CONSIDERANDO que a evolução funcional, por progressão por titularidade, dá-se mediante provocação do interessado, por meio de requerimento e este se submete à avaliação da Comissão de Avaliação e Evolução Funcional dos Profissionais da Educação – CAEFPE e tendo parecer favorável, seus efeitos, independente de interstício, serão gerados no mês seguinte ao da publicação do ato que a concede;

CONSIDERANDO Despacho, assinado pela Subprocuradora Adjunta do Município, que dirimiu possível controvérsia entre o Parecer nº 90/2018-P.PESSOAL/PGM e Parecer nº 103/2017-P.PESSOAL/PGM, indicando que a concessão da Progressão por Titularidade – PT, somente gerará efeitos legais, para fins de inclusão em folha, a partir do mês subsequente ao da publicação do ato, nos termos do art. 53, da lei 1.126/2007, retroagindo financeiramente à data do pedido do servidor;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2019.18000.18125.0.001600**, de 06/02/2019, que trata da planilha de cálculo e estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, no qual a Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno opina pelo deferimento;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2018/4114/4147/00695**, de 22/01/2018,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a Evolução Funcional, em virtude de Progressão por Titularidade da servidora **SARAH VIEIRA FILGUEIRAS**, matrícula **126.936-4 B**, que ocupa o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - 20H**, posicionada atualmente, no anexo II-A, da Lei Municipal 1.126, de 05/06/2007, alterada pela Lei Municipal nº 2458, de 13 de junho de 2019, no **Padrão e Referência: 1-B**, na forma a seguir.

TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	PADRÃO E REFERÊNCIA
Progressão por Titularidade (ESPECIALIZAÇÃO)	1-E

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a contar de **22/01/2018**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Manaus, 07 de janeiro de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0042/2020 – SEMED/GS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta nos artigos 51, 52, 53 e 54 da Lei nº 1.126, de 05 de junho de 2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais do Magistério;

CONSIDERANDO que a evolução funcional, por progressão por titularidade, dá-se mediante provocação do interessado, por meio de requerimento e este se submete à avaliação da Comissão de Avaliação e Evolução Funcional dos Profissionais da Educação – CAEFPE e tendo parecer favorável, seus efeitos, independente de interstício, serão gerados no mês seguinte ao da publicação do ato que a concede;

CONSIDERANDO Despacho, assinado pela Subprocuradora Adjunta do Município, que dirimiu possível controvérsia entre o Parecer nº 90/2018-P.PESSOAL/PGM e Parecer nº 103/2017-P.PESSOAL/PGM, indicando que a concessão da Progressão por Titularidade – PT, somente gerará efeitos legais, para fins de inclusão em folha, a partir do mês subsequente ao da publicação do ato, nos termos do art. 53, da lei 1.126/2007, retroagindo financeiramente à data do pedido do servidor;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2019.18000.18125.0.001600**, de 06/02/2019, que trata da planilha de cálculo e estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, no qual a Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno opina pelo deferimento;

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2018/4114/4147/07411**, de 14/08/2018,

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a Evolução Funcional, em virtude de **Progressão por Titularidade** da servidora **NAYLANE DUTRA DA SILVA**, matrícula **127.599-2 A**, que ocupa o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - 20H**, posicionada atualmente, no anexo II-A, da Lei Municipal 1.126, de 05/06/2007, alterada pela Lei Municipal nº 2458, de 13 de junho de 2019, no **Padrão e Referência: 1-B**, na forma a seguir.

TIPO DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL	PADRÃO E REFERÊNCIA
Progressão por Titularidade (ESPECIALIZAÇÃO)	1-E

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a contar de **14/08/2018**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 09 de janeiro de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0292/2020-SEMED/GS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício da competência que lhe confere o art. 128, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o que consta no item 16.7 do Edital do Processo Seletivo Simplificado, Edital n.º 001/2019-SEMED, publicado no Diário Oficial do Município n.º 4583, de 24/04/2019,

RESOLVE:

DESCCLASSIFICAR os candidatos convocados no Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, que não compareceram para os procedimentos de contratação, no período de **30/01 a 13/02/2020**, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2549, Parque Dez de Novembro, sala 113, Comissão de Investidura, nesta cidade, munidos das vias originais e cópias dos documentos elencados no item 16.4, do Edital n.º 001/2019-SEMED, publicado no Diário Oficial do Município n.º 4583, de 24/04/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

ANEXO ÚNICO

CARGO/FUNÇÃO: 20H - PROFESSOR CIÊNCIAS / ZONA GEOGRÁFICA: LESTE II				
ORDEM	CPF	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
1	92325475204	WILLAM DANTAS OLIVEIRA	21/05/1987	24º
CARGO/FUNÇÃO: 20H - PROFESSOR CIÊNCIAS / ZONA GEOGRÁFICA: NORTE				
ORDEM	CPF	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
1	50824953215	CLAUDIA CRISTINA CORREA MACDO	16/08/1975	16º

CARGO/FUNÇÃO: 20H - PROFESSOR CIÊNCIAS / ZONA GEOGRÁFICA: RURAL/RODOVIÁRIA				
ORDEM	CPF	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
1	52007847272	MARCIO BARRETO COSTA	23/07/1978	14º
2	65637712204	EDMAR DE MESQUITA VIEIRA	04/10/1978	15º
3	98786504215	CLEBYSON PIMENTEL FERREIRA	24/12/1985	16º

PORTARIA Nº 0293/2020-SEMED/GS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso II do artigo 128 da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**,

CONSIDERANDO o que consta nos **Processos nº 2018/4114/4147/02170**, **2013/4114/4147/05602** e **2016/4114/4147/03932**,

RESOLVE:

I – DETERMINAR, com fulcro no artigo 236, Parágrafo Único da Lei nº 1.118/71, a instauração de Processo Administrativo de Sindicância, por suposta infração do art. 206, inciso III da Lei nº 1.118/71.

II – Encaminhar o processo à Comissão Permanente de Ética e Sindicância desta Secretaria.

III – O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por mais 15 (quinze) dias para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício da ampla defesa nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0294/2020-SEMED/GS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso II do artigo 128 da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS**,

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2014/4114/4147/05552**,

RESOLVE:

I – DETERMINAR, com fulcro no artigo 236 e seu Parágrafo Único, da Lei nº 1.118/71, a instauração de Processo Administrativo de Sindicância, para investigar os fatos que constam no processo supracitado, por suposta prática de infração disciplinar prevista na Lei nº 1.118/71.

II – Encaminhar o processo à Comissão Permanente de Ética e Sindicância desta Secretaria.

III – O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por mais 15 (quinze) dias para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício da ampla defesa nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 0296/2020-SEMED/GS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no exercício das prerrogativas que lhe outorga o inciso II do artigo 128 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS,

CONSIDERANDO o que consta no **Processo nº 2018/4114/9648/00149**,

RESOLVE:

I – DETERMINAR, com fulcro no artigo 236 e seu Parágrafo Único, da Lei nº 1.118/71, a instauração de Processo Administrativo de Sindicância, em desfavor do servidor ADMILSON CARNEIRO CRUZ, por suposta prática de violação do dever funcional previsto no art. 206, inciso III; transgressão à proibição prevista no art. 207, inciso II, e prática da infração disciplinar prevista no art. 226, III da Lei nº 1.118/71;

II – Encaminhar o processo à Comissão Permanente de Ética e Sindicância desta Secretaria.

III – O prazo regular da instrução será de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação por mais 15 (quinze) dias para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício da ampla defesa nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT
Secretária Municipal de Educação

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARADISE LAKE torna público que recebeu da SEMMAS a **LMO nº 114/2015-1** sob o processo nº 2018/15848/15875/0/001038, que autoriza a Atividade Residencial Multifamiliar, com a finalidade Condomínio Residencial Multifamiliar "PARADISE LAKE", com validade de 12 meses, sito na Av. Pedro Teixeira, 725, lote 04, Dom Pedro I – Manaus/AM.

PG / 2673

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS PIARARA LTDA torna a publico que recebeu da SEMMAS a **LMO nº 021/2020** sob o processo nº 2015.15848.15875.0.001176, que autoriza a Atividade Comércio, com a finalidade Galpão para armazenamento de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios com área de construção de 4.912,18m², com validade de 12 meses, sito na Av. Dona Otília, nº 1.610 – Tarumã – Manaus-Amazonas.

PG / 3259

Consulte o DOM pela Internet
clikando em **Diário Oficial**
www.manaus.am.gov.br



**SECRETARIA MUNICIPAL
DE LIMPEZA URBANA**

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Contrato de Fornecimento de Materiais n. 002/2020, conforme Processo Administrativo n. 2020.21000.21006.0.000002.

2. CONTRATANTES: O Município de Manaus, através da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana – SEMULSP e a empresa MARIA MENDES DE SOUSA – ME.

3. OBJETO: Fornecimento de 8.000 (oito mil) unidades de Lixeiras, material polietileno de alta densidade 100% virgem capacidade 80 litros, cor: cinza, com tratamento contra a ação dos raios ultravioletas, personalização com etiqueta em vinil medindo 22 cm x 22 cm com simbologia "não reciclável", dimensão: 89 cm x 32 cm x 28 cm (A x L x P), variação aceitável de ± 20%, características adicionais: tampa tipo capacete furo na parte inferior para escoamento, incluindo peças para instalação, sendo 01 estrutura metálica em aço eletro galvanizado com pintura pó eletrostática na cor preta e 01 dobradiça metálica resistente a corrosão, conforme identificado no item 01 da Ata de Registro de Preços nº 043/2019 – DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF, Pregão Presencial nº 007/2019 – CML/PM.

4. VALOR GLOBAL: R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nota de Empenho Nº 2020NE00141, à conta da rubrica orçamentária Nº. 15.452.0037.2065.0000, Fonte: 01000000, Natureza de Despesa: 33903097, no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), para cobertura das despesas relacionadas à execução do Contrato nº. 002/2020.

6. PRAZO: O prazo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

Manaus, 04 de março de 2020.

PAULO RICARDO ROCHA FARIAS
Secretário Municipal de Limpeza Urbana
SEMULSP

**INSTITUTO MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO URBANO**

PORTARIA N.º 045/2020-FMDU/IMPLURB

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, responsável pela gestão do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FMDU**, no uso das atribuições legais conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 2.115, de 27.04.2016, DOM n.º 3876, de 27.04.2016 que dispõe sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano-FMDU,

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n.º 1.441, de 30.01.2012, e ainda o que dispõe no art. 15, incisos I, II e art. 16, do Decreto Municipal n.º 4.741, de 29 de janeiro de 2019,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 10 § parágrafo único da Lei Municipal n.º 2.574, de 30 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO a autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, através da Decisão n.º 332/2019, constante na Ata 26ª Reunião Ordinária/CMDU de 27.06.2019 que deferiu a Adesão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU ao Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento-Proveniente REQUALIFICA MANAUS, constantes no Processo Administrativo n.º 2019/00824/00796/0/000299,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Destaque de Crédito Orçamentário em favor da Unidade Gestora 270101-SECRETARIA MUNICIPAL DE

INFRAESTRUTURA-SEMINF, no valor total de **R\$ 14.396.566,10** (quatorze milhões, trezentos e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos), conforme **Anexo Único** desta Portaria.

Art. 2º Descentralização de que trata esta Portaria tem como objeto a Obra de Requalificação UrbanMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEMINF, Ofício n.º 0538/2020 DAF/SEMINA e Viária da Cidade de Manaus - Requalifica Manaus II - Etapa 1, que será realizado pela Unidade Gestora Executora 270101-SECRETARIA F do dia 04.03.2020, conforme Processo IMPLURB-SIGED N.º 2019/00796/00824/0/000707.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Anexo Único da Portaria N.º 045/2020-FMDU/IMPLURB

Nº	F	SF	P	A	ND	FR	R\$
01	15	451	0142	1094	449092	0610	14.396.566,10
Total:							14.396.566,10

Nº: Sequência Ordinal da Programação de Trabalho Descentralizada

Códigos:

F: Função

SF: Subfunção

P: Programa

A: Ação

ND: Natureza de Despesa

FR: Fonte de Recurso

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

CLÁUDIO GUENKA
Diretor-Presidente do IMPLURB
Administrador FMDU

PORTARIA N.º 046/2020-FMDU/IMPLURB

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, responsável pela gestão do **FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FMDU**, no uso das atribuições legais conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 2.115, de 27.04.2016, DOM n.º 3876, de 27.04.2016 que dispõe sobre o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano-FMDU,

CONSIDERANDO as disposições do Decreto n.º 1.441, de 30.01.2012, e ainda o que dispõe no art. 15, incisos I, II e art. 16, do Decreto Municipal n.º 4.741, de 29 de janeiro de 2019,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 10 § parágrafo único da Lei Municipal n.º 2.574, de 30 de dezembro de 2019,

CONSIDERANDO a autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, através da Decisão n.º 685/2019, constante na Ata 51ª Reunião Ordinária/CMDU de 11.12.2019 que deferiu a Adesão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU ao Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento-Proveniente do PROMINF/MANAU/FINISA, constantes no Processo Administrativo n.º 2019/00824/00796/0/00733,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Destaque de Crédito Orçamentário em favor da Unidade Gestora 270101-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEMINF, no valor total de **R\$ 2.300.000,00** (dois milhões e trezentos mil reais), conforme **Anexo único** desta Portaria.

Art. 2º Descentralização de que trata esta Portaria tem como objeto atender despesas para Ações de Infraestruturas Básicas de fevereiro/2020, que será realizado pela Unidade Gestora Executora 270101-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA-SEMINF, Ofício n.º 555/2020 DAF/SEMINF do dia 05.03.2020, conforme Processo IMPLURB-SIGED N.º 2019/00796/00824/0/000587.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Anexo Único da Portaria N.º 046/2020-FMDU/IMPLURB

Nº	F	SF	P	A	ND	FR	R\$
02	15	451	0142	1094	449039	0210	2.300.000,00
Total:							2.300.000,00

Nº: Sequência Ordinal da Programação de Trabalho Descentralizada

Códigos:

F: Função

SF: Subfunção

P: Programa

A: Ação

ND: Natureza de Despesa

FR: Fonte de Recurso

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 06 de março de 2020.

CLÁUDIO GUENKA
Diretor-Presidente do IMPLURB
Administrador FMDU

ERRATA

ERRATA referente a PORTARIA N.º 013/2020-FMDU/IMPLURB, publicada no DOM Edição n.º 4765, em 23 de janeiro de 2020, página 23, que trata de Destaque de Crédito Orçamentário.

ONDE SE LÊ:

CONSIDERANDO a autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, através da Decisão n.º 728/2018, constante na Ata 52ª Reunião Ordinária/CMDU de 19.12.2018, e n.º 332/2019, constante na Ata 26ª Reunião Ordinária/CMDU de 27.06.2019, que deferiram a Adesão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU ao Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento-Proveniente do PROMINF/MANAU/FINISA, constantes no Processo Administrativo n.º 2018/00796/00824/0/001732,

LEIA-SE:

CONSIDERANDO a autorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU, através das Decisões n.º 728/2018, constante na Ata 52ª Reunião Ordinária/CMDU de 19.12.2018, e n.º 332/2019, constante na Ata 26ª Reunião Ordinária/CMDU de 27.06.2019, que deferiram a Adesão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU ao Programa de Financiamento à Infraestrutura, ao Saneamento-Proveniente do PROMINF/MANAU/FINISA e ao Saneamento-Proveniente do REQUALIFICA MANAU, constantes nos Processos Administrativos n.º 2018/00796/00824/0/001732 e 2019/00796/00824/0/000299,

Manaus, 10 de março de 2020

CLÁUDIO GUENKA
Diretor-Presidente do IMPLURB
Administrador FMDU

MANAUS PREVIDÊNCIA**PORTARIA N.º 107/2020 – GP/MANAUS PREVIDÊNCIA**

CONCEDE pensão por morte, na forma que especifica.

A DIRETORA-PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA DA MANAUS PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI do artigo 18, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 128, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a recomendação constante do Despacho de Concessão de Benefício nº 057/2020, subscrito pela Chefe do Setor de Concessão de Benefícios da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 077/2020-AUDIN/MANAUS PREVIDÊNCIA, subscrito pela Auditora-Chefe da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o disposto na Planilha de Cálculo de Pensão por Morte elaborada pela Manaus Previdência e o que mais consta do processo formalizado sob o nº 2020.17848.17894.0.000081, de 21.01.2020, **resolve**,

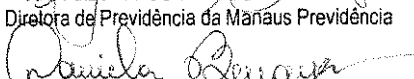
I – CONCEDER pensão por morte, a contar da data do óbito, nos termos dos artigos 8º, inciso I, § 1º, 27, inciso II, alínea “a”, 41, inciso II, 42, inciso I, e 47, § 2º, inciso I, todos da Lei Municipal nº 870, de 21.07.2005, a **RAFAEL RAILTON REIS DE ALMEIDA**, a **ANDARA KELLEN REIS DE ALMEIDA** e a **KEVIN REIS DE ALMEIDA**, na condição de filhos menores do ex-servidor **RAIMUNDO NONATO CARVALHO DE ALMEIDA**, falecido em 14.01.2020, ocupante dos cargos de Professor Nível Superior 20H 2-F e Professor Nível Superior 20H 1-C, matrículas nºs 084.670-8 D e 084.670-8 E, respectivamente, do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Educação – SEMED**, devendo cessar o benefício quando os menores completarem dezoito anos de idade.

II – APLICAR ao valor total da pensão o rateio na proporção de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) sobre o valor da totalidade da remuneração percebida pelo servidor na data anterior à do óbito, que corresponde à parcela abaixo:

Composição da Remuneração de Contribuição		Valor
Vencimento 20H 084.670-8 D	Art. 1º, inciso I, da Lei nº 1.879, de 04.06.2014, c/c a Lei nº 2.458, de 13.06.2019.	R\$ 2.656,38
Vencimento 20H 084.670-8 E	Art. 1º, inciso I, da Lei nº 1.879, de 04.06.2014, c/c a Lei nº 2.458, de 13.06.2019.	R\$ 1.976,60
Valor Total dos Pensionamentos		R\$ 4.632,98

III – DETERMINAR que cada cota da pensão corresponda à importância de R\$ 1.544,33 (mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos).


ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES
 Diretora de Previdência da Manaus Previdência


DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
 Diretora-Presidente da Manaus Previdência

PORTARIA N.º 108/2020-GP/MANAUS PREVIDÊNCIA

REVISAR aposentadoria de servidor, na forma que especifica.

A DIRETORA-PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA DA MANAUS PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI do artigo 18, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 128, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a recomendação constante do Despacho de Revisão de Benefício nº 027/2020, subscrito pela Chefe do Setor de Concessão de Benefícios da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 074/2020-AUDIN/MANAUS PREVIDÊNCIA, subscrito pela Auditora-Chefe da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o disposto na Planilha de Cálculo dos Proventos elaborada pela Manaus Previdência e o que mais consta do processo formalizado sob o nº 2020.17848.17894.0.000155, em 13.02.2020, **resolve**,

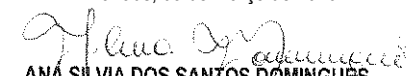
REVISAR a PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 352/2018, publicada no DOM de 06.08.2018, Edição 4415, passando a vigorar da seguinte forma:

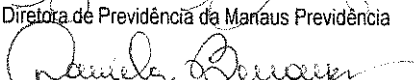
APOSENTAR, por tempo de contribuição, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 53-B, da Lei Municipal nº 870, de 21.07.2005, a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO PRINTES DE SOUZA**, no cargo de Especialista em Saúde – Enfermeiro Geral F-12, matrícula 060.389-9 B, do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA**, com os proventos mensais de R\$ 8.875,61 (oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) discriminados na forma abaixo:

Composição da Remuneração	Fundamentação Legal	Valor
Subsídio	Art. 3º, inciso IX, da Lei nº 1.222, de 26.03.2008, c/c a Lei nº 2.270, de 12.12.2017.	R\$ 8.875,61
Total dos Proventos		R\$ 8.875,61

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 09 de março de 2020.


ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES
 Diretora de Previdência da Manaus Previdência


DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
 Diretora-Presidente da Manaus Previdência

PORTARIA N.º 109/2020-GP/MANAUS PREVIDÊNCIA

REVISAR aposentadoria de servidor, na forma que especifica.

A DIRETORA-PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA DA MANAUS PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI do artigo 18, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 128, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a recomendação constante do Despacho de Revisão de Benefício nº 026/2020, subscrito pela Chefe do Setor de Concessão de Benefícios da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 072/2020-AUDIN/MANAUS PREVIDÊNCIA, subscrito pela Auditora-Chefe da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o disposto na Planilha de Cálculo dos Proventos elaborada pela Manaus Previdência e o que mais consta do processo formalizado sob o nº 2020.17848.17894.0.000195, em 02.03.2020, **resolve**,

REVISAR a PORTARIA POR DELEGAÇÃO Nº 371/2017, publicada no DOM de 16.10.2017, Edição 4227, passando a vigorar da seguinte forma:

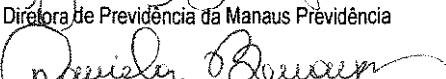
APOSENTAR, por tempo de contribuição, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o artigo 30, da Lei Municipal nº 870, de 21.07.2005, o servidor **SALUSTINO LIBERATO DA SILVA**, no cargo de Especialista em Saúde – Médico Especialista II-05, matrícula 110.817-4 A, do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA**, com os proventos mensais de R\$ 6.044,23 (seis mil e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos) discriminados na forma abaixo:

Composição da Remuneração	Fundamentação Legal	Valor
Subsídio	Art. 3º, inciso IX, da Lei nº 1.223, de 26.03.2008, c/c a Lei nº 2.134, de 10.06.2016.	R\$ 8.078,92
Valor Médio Apurado	Artigo 40, § 3º, da Constituição Federal/1988, com redação dada pela E.C. nº 41/03, c/c o artigo 1º da Lei Federal nº 10.887/04, e artigo 55 da Lei Municipal nº 870, de 21.07.05, alterada pela Lei nº 1.197, de 31.12.2007, e artigo 61 da Orientação Normativa MPS/SPS nº 02/2009.	R\$ 6.044,23
Valor dos Proventos		R\$ 6.044,23

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 09 de março de 2020.


ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES
 Diretora de Previdência da Manaus Previdência


DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
 Diretora-Presidente da Manaus Previdência

PORTARIA N.º 110/2020 – GP/MANAUAS PREVIDÊNCIA

CONCEDE aposentadoria a servidor, na forma que especifica.

A DIRETORA-PRESIDENTE E A DIRETORA DE PREVIDÊNCIA DA MANAUAS PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI do artigo 18, da Lei nº 2.419, de 29 de março de 2019,

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 128, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO a recomendação constante do Despacho de Concessão de Benefício nº 059/2020, subscrito pela Chefe do Setor de Concessão de Benefícios da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o Parecer Técnico nº 075/2020-AUDIN/MANAUAS PREVIDÊNCIA, subscrito pela Auditora-Chefe da Manaus Previdência,

CONSIDERANDO o disposto na Planilha de Cálculo dos Proventos elaborada pela Manaus Previdência e o que mais consta do processo formalizado sob o nº 2020.02287.02343.0.002786, em 11.02.2020, **resolve**,

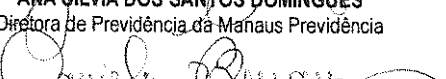
APOSENTAR, por tempo de contribuição, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 53-B, da Lei Municipal nº 870, de 21.07.2005, a servidora **MARSYL DE OLIVEIRA MARQUES**, no cargo de Procurador do Município 1ª Classe, matrícula 011.840-0 A, do quadro de pessoal da **Procuradoria-Geral do Município – PGM**, com os proventos mensais de R\$ 35.256,83 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos) discriminados na forma abaixo:

Composição da Remuneração	Fundamentação Legal	Valor
Vencimento	Lei nº 1.015, de 14.07.2006, c/c a Lei nº 2.437, de 28.05.2019.	R\$ 14.409,02
Gratificação Especial (25%)	Art. 10, da Lei nº 1.532, de 11.11.2010.	R\$ 5.508,88
ATS PGM	Art. 38, da Lei nº 1.532, de 11.11.2010.	R\$ 7.712,43
Gratificação de Procuratório	Art. 9º, inciso VIII, da Lei nº 1.532, de 11.11.2010.	R\$ 7.626,50
Total dos Proventos		R\$ 35.256,83

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 09 de março de 2020.


ANA SILVIA DOS SANTOS DOMINGUES
 Diretora de Previdência da Manaus Previdência


DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON
 Diretora-Presidente da Manaus Previdência

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 20/2020, cujo contrato original foi celebrado em 05.02.2020.

2. CONTRATANTES: O Município de Manaus através da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – **MANAUSCULT** e a Empresa **BRASIL SHOWS E EVENTOS LTDA - EPP**.

3. OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), ao contrato de prestação de serviços nº 020/2020 celebrado em 05.02.2020, tendo como base de cálculo o valor global do item 1 do contrato original, cujo valor é de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), referente a prestação de serviços de locação de banheiros químicos, para atender as necessidades desta Fundação, nos termos estabelecidos no contrato original, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 0015/2019-DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF, resultante do Pregão Eletrônico nº 329/2018 – CML/PM. ITEM: 1 (ID 500793 – Serviços de locação de banheiros químicos). Tipo: Standard. Unidade: Diária. Quantidade de acréscimo de diárias: 90. Preço unitário registrado: R\$ 60,00 (sessenta reais), nos termos e justificativas constantes nos autos.

4. DO VALOR GLOBAL: O valor global do presente termo aditivo importa a quantia de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo encontra fundamentação legal no Despacho de autorização do Diretor – Presidente desta Fundação, às fls. 01, artigo 65, alínea "a" "b" do inciso I, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93, Parecer Jurídico nº 120/2020-Projur/Manauscult, de 03.03.2020, nos termos e justificativas constantes no processo administrativo nº 2020/16508/16697/00220.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo aditivo foram empenhadas sob a nota de empenho 2020NE00160 de 03/03/2020, no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) sob a rubrica Orçamentária: Unidade Orçamentária: 62301- Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos-MANAUSCULT, empenho tipo 09-despesa normal. Programa de Trabalho: 13.392.0084.2115.0000 (apoio ao carnaval da cidade de Manaus). Fonte de recurso: 01000000-Recursos ordinários. Natureza da despesa: 33903922- Exposições, Eventos, Congressos e Conferências.

7. DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas pactuadas no termo de contrato original que não tenham sido implícita ou explicitamente modificadas pelo Presente Termo Aditivo.

Manaus, 03 de Março de 2020.


BERNARDO SOARES MONTEIRO DE PAULA
 Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
 - MANAUSCULT.

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Primeiro termo aditivo ao contrato de prestação de serviços nº 23/2019, cujo contrato original foi celebrado em 04.04.2019.

2. CONTRATANTES: O Município de Manaus através da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – **MANAUSCULT** e a Empresa **BARRA SOM SISTEMAS DE ÁUDIO LTDA- EPP**.

3. OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo equivalente de 24 % (vinte e quatro por cento), totalizando o valor de R\$ 101.928,00 (cento e um mil, novecentos e vinte e oito reais), correspondente a 12 (doze) diárias do valor global do Contrato nº 23/2019 – MANAUSCULT celebrado em 04.04.2019, referente à prestação dos serviços de locação de equipamentos de sonorização, compreendendo a instalação, a desinstalação, o transporte, a operação e a guarda, para atender os apoios relacionados a eventos festivos e de manifestação popular, realizados na cidade de Manaus, de acordo com as necessidades da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT, originário da Ata de Registro de Preços nº 0042/2018-DIVRP/DEGCM/UGCM/SEMEF, resultante do Pregão Eletrônico nº 194/2018 – CML/PM. **ITEM: 5 (ID 504033 – Serviço de locação de equipamentos de sonorização). Unidade: Diária. Preço unitário registrado: R\$ 8.494,00 (oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), nos termos e justificativas constantes nos autos.**

4. DO VALOR GLOBAL: O valor global do presente termo aditivo, importa a quantia de R\$ 101.928,00 (cento e um mil, novecentos e vinte e oito reais).

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente termo aditivo encontra fundamentação legal no Despacho de autorização do Diretor – Presidente em exercício desta Fundação, às fls. 01, artigo 65, alínea “a” “b” do inciso I, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93, Parecer Jurídico nº 113/2020-Projur/Manauscult, de 27.02.2020, nos termos e justificativas constantes no processo administrativo nº 2020/16508/16697/00040.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo aditivo foram empenhadas sob a nota de empenho 2020NE00156 de 28/02/2020, no valor de R\$ 101.928,00 (cento e um mil, novecentos e vinte e oito reais), sob a rubrica Orçamentária: Unidade Orçamentária: 62301- Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos-MANAUSCULT, empenho tipo 09-despesa normal. Programa de Trabalho: 13.392.0084.2122.0000 (apoios aos eventos festivos e de manifestação popular realizados na cidade de Manaus). Fonte de recurso: 01000000-Recursos ordinários. Natureza da despesa: 33903922- Exposições, Eventos, Congressos e Conferências.

7. DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas pactuadas no termo de contrato original que não tenham sido implícita ou explicitamente modificadas pelo Presente Termo Aditivo.

Manaus, 09 de Março de 2020.

BERNARDO SOARES MONTEIRO DE PAULA

Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT.

EXTRATO

1. ESPÉCIE E DATA: Termo de Concessão de Apoio Financeiro nº 033/2020 - MANAUSCULT, celebrado em 10/03/2020.

2. PARTES: O Município de Manaus através da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – **MANAUSCULT**, e o senhor **MARCOS DA SILVA**.

3. OBJETO: O presente termo tem por objeto a concessão de apoio financeiro previsto no Edital nº 007/2019 – CONCURSO-PRÊMIO MANAUS DE CONEXÕES CULTURAIS, para a realização do Projeto “PROFISSÃO DJ”, na forma descrita no Projeto aprovado pela Comissão de Seleção, conforme despacho de homologação, publicado

no Diário Oficial do Município edição nº 4766 de 24/01/2020, que passam a fazer parte deste instrumento, nos termos e justificativas constantes no Processo Administrativo nº 2020/16508/16697/00148.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Lei Delegada nº 25 de 31.07.2013, Lei nº 2.214 de 04 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 4.047 de 04 de abril de 2018 e Edital nº 007/2019 – Concurso-Prêmio Manaus de Conexões Culturais, Parecer Jurídico nº 076/2020-PROJUR/MANAUSCULT, Despacho de Homologação publicado no Diário Oficial do Município Edição 4766 de 24/01/2020, nos termos e justificativas constantes nos autos.

5. VALOR DO APOIO FINANCEIRO: O valor total do contemplado no EDITAL Nº 007/2019 – CONCURSO-PRÊMIO MANAUS DE CONEXÕES CULTURAIS – CATEGORIA FORMAÇÃO - MÓDULO 2 é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo de Concessão de Apoio Financeiro foram empenhadas sob o nº 2020NE00151 datado de 27/02/2020, no valor de 30.000,00 (trinta mil reais), conforme Programa de Trabalho 13.392.0126.2202.0000 – Produção, Formação e Difusão Artística e Cultural do Município de Manaus. **Unidade** Orçamentária: 62301 – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos. Fonte: 01000000. Natureza de despesa 33903105 – Premiações Culturais em Pecúnia.

7. DA CONTRAPARTIDA: Conforme o subitem 10.1 do Edital nº 007/2019, o contemplado além de concluir o projeto conforme apresentado na proposta contemplada, deverá oferecer à MANAUSCULT a contrapartida indicada no corpo do projeto inscrito e que será proporcionada gratuitamente à população em geral, na programação cultural do Município de Manaus, em data e local a serem marcados em conjunto com a MANAUSCULT.

8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Termo de Concessão de Apoio Financeiro será de 01 (um) ano a contar da data do recebimento dos recursos financeiros na conta indicada pelo proponente conforme o disposto no edital.

9. DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES: O prazo para a realização das atividades será de 01 (um) ano a contar da data do recebimento dos recursos financeiros na conta indicada pelo proponente conforme o disposto no edital.

Manaus, 10 de Março de 2020.

BERNARDO SOARES MONTEIRO DE PAULA

Diretor-Presidente, da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT.

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**AVISO DE REABERTURA**

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO da PREFEITURA DE MANAUS torna público, para conhecimento dos interessados, a REABERTURA do PREGÃO ELETRÔNICO N. 007/2020 – (SEMSA) CML/PM cujo objeto é “Eventual fornecimento de insumos laboratoriais para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme quantidade, especificações técnicas, regras e condições estabelecidas no Termo de Referência”.

Data e Horário: 13/03/2020 às 10h00 (horário de Brasília).

Maiores informações:

O Prosseguimento do Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do Portal de Compras da Prefeitura de Manaus, com o endereço eletrônico compras.manaus.am.gov.br.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes no edital.

Maiores informações na Comissão Municipal de Licitação, telefone 0xx-92-3215 6375/ 6376, das 09 às 15h (Horário de Brasília).

Manaus, 11 de março de 2020.


SILVANA MARIA NEGREIROS DA SILVA
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS
ADMINISTRATIVOS, RESULTADO FINAL DA FASE DE PROPOSTA
TÉCNICA E ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS torna público, para conhecimento dos interessados, o RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, RESULTADO FINAL DA FASE DE PROPOSTA TÉCNICA E ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS da licitante classificada na CONCORRÊNCIA N. 012/2019 – CML/PM, cujo objeto é “Concessão Pública para Gestão, Modernização, Otimização, Expansão, Operação, Manutenção, Controle Remoto em Tempo Real da Infraestrutura, Eficiência Energética e Sustentabilidade Ambiental, da rede de iluminação pública do Município de Manaus – AM”.

CLASSIFICADA: FM RODRIGUES & CIA LTDA. Pontuação: 95,25 (noventa e cinco pontos e vinte e cinco centésimos de pontos).

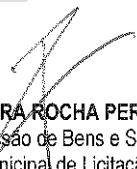
DESCCLASSIFICADA: ENDICON ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pontuação: 53,25 (cinquenta e três pontos e vinte e cinco centésimos de pontos).

Ficando, portanto, a abertura da Proposta de Preços, da licitante classificada, marcada para o dia **16/03/2020 às 09 horas (horário local)**.

O Resultado do Julgamento dos Recursos Administrativos e Resultado Final da Fase de Propostas Técnicas encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Municipal de Licitação, Av. Constantino Nery, n. 4080 – Chapada, no horário das 8h às 14h (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, telefones (92) 3215-6375 ou (92) 3215-6376.

Manaus, 11 de março de 2020.


RAFAEL VIEIRA ROCHA PEREIRA
Presidente da Subcomissão de Bens e Serviços Comuns
da Comissão Municipal de Licitação - CML

AVISO DE LICITAÇÃO RDC
PRESENCIAL N. 005/2020 – CML/PM

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da SUBCOMISSÃO DE MOBILIDADE URBANA torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar a Licitação na modalidade de RDC PRESENCIAL N. 005/2020 - CML/PM, menor preço global, para CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE INTEGRAÇÃO T6, LOCALIZADO NA AV. GOVERNADOR JOSÉ LINDOSO / AV. COMENDADOR JOSÉ CRUZ – LAGO AZUL – MANAUS/AM, que será realizada no dia 07/04/2020, às 9h00 (horário local).

Maiores informações deverão ser obtidas na **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**, na Av. Constantino Nery, n. 4080 – Chapada, no horário das 8 às 14 horas (horário local), de segunda-feira a sexta-feira ou pelos telefones (92) 3215-6376 e 3215-6333.

Manaus, 11 de março de 2020.


WALLACE MELO DE SOUZA
Presidente de Subcomissão de Mobilidade Urbana/CML/PM

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO IMPLURB

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020-CL/IMPLURB

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – IMPLURB torna pública, para conhecimento dos interessados, o **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020**.

OBJETO: Credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recebimento de taxas municipais e demais receitas públicas, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em padrão da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio de arquivo de valores arrecadados para atender as necessidades do Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB.

DATA E HORA DA ABERTURA: 25 de Março de 2020 às 09h00min na Sala do Usuário do IMPLURB – Av. Brasil, nº 2971, Bairro Compensa I – Manaus/Am – CEP 69036-110. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico transparencia.manaus.am.gov.br

Manaus, 11 de março de 2020.


ERALDO BANDEIRA MACHADO
Presidente da Comissão de Licitação
IMPLURB

Publicações Diversas

Eternal - Indústria, Comércio, Serviços e Tratamento de Resíduos da Amazônia Ltda torna público que recebeu do IPAAM, a **Licença de Operação nº 555/08-06**, que autoriza o beneficiamento por meio físico de borras e/ou óleos emulsionados e o tratamento químico secundário de águas oleosas, localizada na Rua Guiana Francesa, nº 01, Estrada do Aleixo, Distrito Industrial II, no Município de Manaus-AM, para Beneficiamento de Resíduos, com validade de 02 Anos.

PG/0005

Consulte o DOM pela Internet
clikando em **Diário Oficial**
www.manaus.am.gov.br



REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

- As matérias devem ser digitadas em **papel branco** tipo **A4**, **sem marca d'água** no fundo do texto, com cabeçalho contendo o timbre da Instituição e rodapé com endereço e telefone para contato.
- O **TÍTULO** deve estar em letras **MAIÚSCULAS**, em fonte **ARIAL NARROW**, **TAMANHO 8.5**, Cor **PRETO**, **NEGRITO** e Estilo **NORMAL**.
- A fonte do texto deve ser **ARIAL NARROW**, **TAMANHO 8.5**, Cor **PRETA** e Estilo **NORMAL**.
- O texto deve obedecer a **LARGURA** de **8cm**.
- O recuo da Primeira Linha do Parágrafo deve ser de 1,5 cm e Entrelinhas Simples.
- É muito importante, também, que o texto esteja **SEM RASURAS** e **SEM ERROS ORTOGRÁFICOS**.
- A Assinatura do responsável pela matéria **NÃO DEVE SOBREPOR O TEXTO** em hipótese alguma.
- É necessário que as matérias sejam enviadas para publicação da seguinte forma: matéria original impressa, assinada, revisada e com arquivo, enviado antecipadamente para o e-mail **dom.publicacao@pmm.am.gov.br**, em versão Word (*.doc) e/ou Excel (*.xls).
- As matérias devem ser entregue até às **14 horas** no Protocolo do Diário Oficial.

ATENDIMENTO

De segunda a sexta-feira
(Exceto feriados e pontos facultativos)

HORÁRIOS

Publicação: 8h às 14h

Distribuição e Venda: 8h às 15h



PREFEITURA DE
MANAUS

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO

Prefeito

MARCOS SÉRGIO ROTA

Vice-Prefeito

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SECRETARIADO

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO

Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

ELISABETH VALEIKO DO CARMO RIBEIRO

Presidente do Fundo Manaus Solidária

LUIZ ALBERTO CARIJÓ DE GOSZTONYI

Secretário Extraordinário

RAFAEL ALBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA

Procurador Geral do Município

ANTÔNIO JÚNIOR DE SOUZA BRANDÃO

Secretário Municipal Chefe da Casa Militar

KELLEN CRISTINA VERAS FELISARDO LOPES

Secretária Municipal de Comunicação

RODRIGO GUEDES OLIVEIRA DE ARAÚJO

Secretário Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria

LOURIVAL LITAIFF PRAIA

Secretário Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação

ARNALDO GOMES FLORES

Controlador Geral do Município

LUCAS CÉZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIEIRA

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão

MARCELO MAGALDI ALVES

Secretário Municipal de Saúde

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT

Secretária Municipal de Educação

MARIA DA CONCEIÇÃO SAMPAIO MOURA

Secretária Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania

MARCO ANTÔNIO DE LIMA PESSOA

Secretário Municipal de Trabalho, Empreendedorismo e Inovação

ANTÔNIO NELSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

JOÃO CARLOS DOS SANTOS MELLO

Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer

FÁBIO HENRIQUE DOS SANTOS ALBUQUERQUE

Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal

PAULO RICARDO ROCHA FARIAS

Secretário Municipal de Limpeza Urbana

KELTOM KELLY DE AGUIAR SILVA

Secretário Municipal de Infraestrutura

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS

CLÁUDIO GUENKA

Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano

FRANCISCO SALDANHA BEZERRA

Diretor-Presidente do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana

DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON

Diretora-Presidente da Manaus Previdência

FÁBIO AUGUSTO ALHO DA COSTA

Diretor-Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus

FUNDAÇÕES

BERNARDO SOARES MONTEIRO DE PAULA

Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos

MARTHA MOUTINHO DA COSTA CRUZ

Diretora-Presidente da Fundação Municipal de Apoio ao Idoso "Doutor Thomas"

EXPEDIENTE

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO
RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE
MANAUS

CRIADO MEDIANTE O ARTIGO Nº 129
DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS
PRIMEIRA EDIÇÃO EM 03.04.2000

Au. Brasil, nº 2971 – Compensa
CEP 69036-110

Manaus – Amazonas

Telefone: (92) 3625-5617

e-mail: dom.publicacao@pmm.am.gov.br